OS MELHORES IMÓVEIS, AS MELHORES LOCALIZAÇÕES.

APTOS. 1, 2, 3 e 4 QUARTOS

PRONTOS PARA MORAR

BH, BETIM E CONTAGEM

www.direcional.com.br 4020-0400 / DIRECIONAL

Sublime Oásis Spa Resort: R-130165, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Contagem – MG. Projeto Arquitetônico: Responsável Técnica: D´Ávila Arquitetura e Engenharia S.A. Consulte os empreendimentos da Direcional no site www.direcional.com.br.

DIRECIONAL

DIRR3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

DIRECIONAL ENGENHARIA S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 16.614.075/0001-00 - NIRE: 313.000.258-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os bons resultados apresentados no exercício de 2019, ratificam o sucesso da estratégia adotada pela Direcional na retomada do seu crescimento e rentabilidade. A melhoria consistente nas métricas operacionais e financeiras nos últimos trimestres, confirmam que estamos no caminho certo na contínua busca por mais eficiência e criação de valor para nossos stakeholders.

Neste exercício, a Direcional alcançou marcos importantes: (i) lucro líquido de R$ 100 milhões (atingindo R$ 28 milhões no 4T19), (ii) geração de caixa recorrente recorde, atingindo R$ 167 milhões no ano (sendo R$ 34 milhões no 4T19), (iii) ROE crescente, atingindo um índice anualizado de 8,8% no último trimestre de 2019. (iv) crescimento de 25% na receita líquida, e (v) crescimento de 47% no lucro bruto ajustado ante o ano de 2018. Vale ressaltar ainda, que ao longo dos últimos 07 anos, a Direcional gerou caixa no montante de R$ 783 milhões e pagou R$ 421 milhões em dividendos, ocupando posição de destaque nestes quesitos.

Contextualizando, ao longo do ano, convivemos com um cenário de mudanças no Programa MCMV, com a redução do subsídio na Faixa 1,5, maior condicionamento do crédito para os clientes por parte dos bancos (alguns agentes financeiros mais restritivos na concessão de crédito) e paralizações pontuais nos repasses do programa. Mesmo neste ambiente incerto e volátil, a Direcional se mostrou resiliente e adaptável, alcançando resultados surpreendentes, com destaque para: (i) a margem bruta no segmento MCMV 2 e 3 de 39% (uma das maiores do setor), reforçando a capacidade da Companhia de construir eficientemente através de um método vencedor, com custos sob controle e aprimorando sua política comercial, (ii) VSO crescente durante o ano atingindo 14% no consolidado, e (iii) patamar recorde de repasses e manutenção da geração de caixa ao longo do ano. Enfim, o cenário mais restritivo na contratação de novos financiamentos vinculados ao FGTS, não impediu que a Direcional continuasse crescendo e ganhando participação no Programa MCMV em 2019.

Considerando nossa capacidade operacional de construção, time próprio de vendas, financiamento com repasse na planta, dispersão geográfica, solidez financeira e robusto banco de terrenos (em sua grande maioria, negociado via permuta), acreditamos que a Direcional é uma das empresas mais preparadas para aproveitar o momento atual do setor, em que os fundamentos macroeconômicos são favoráveis, com destaque para a forte redução das taxas de juros dos últimos anos e o aumento da disponibilidade de crédito claramente demonstrada pela competição bancária acirrada no financiamento imobiliário para as pessoas físicas. Nesse sentido, aceleramos a estruturação de nossa operação para aumentar o volume de lançamentos e para atender nossos clientes com renda entre R$ 5 mil e R$ 10 mil, inclusive fora do programa MCMV, com destaque para a conversão de alguns terrenos anteriormente destinados ao Faixa 3 para produtos de média padrão e ativação da esteira de aprovação de terrenos adquiridos anteriormente à crise para acelerar os lançamentos neste segmento. Também aumentamos os esforços para prospecção de terrenos para produtos de média padrão, visando aproveitarmos a demanda reprimida potencial por este tipo de produto após a grave recessão pela qual passou o setor, principalmente neste segmento. Vale ressaltar, que a nossa estratégia para este segmento, segue ipsis litteris o modelo de negócios aplicado no segmento de baixa renda, com aquisição de terrenos primordialmente via permuta, financiamento com repasse na planta e construção industrializada utilizando formas de alumínio para produzir as paredes de concreto in loco.

Ainda no segmento MAC, acreditamos na continuidade da melhora das Vendas Líquidas, devido principalmente a, (i) ao maior apetite dos bancos na concessão de financiamento, (ii) a reduções expressivas nas taxas de juros, e (iii) a melhora da confiança do consumidor. Em paralelo, a Caixa Econômica Federal lançou a linha de financiamento indexada em inflação (IPC-A), reduzindo de forma significativa o comprometimento de renda relacionado ao financiamento imobiliário, o que acreditamos ser um catalisador na confiança do consumidor para a compra do imóvel, em especial para a média renda. Lançou também o financiamento imobiliário com taxa pré-fixada, o que aumenta as opções de taxas e indexadores dos financiamentos imobiliários para os potenciais mutuários.

Como resultado da evolução operacional da Direcional, a Receita Bruta atingiu R$ 395 milhões no 4T19. No acumulado de 2019 a Receita Bruta somou R$ 1,5 bilhão, 24% maior do que o apresentando em 2018.

Importante ressaltar, que o segmento MCMV 2 e 3 atingiu em 2019 81% do total da Receita Bruta apropriada pela Direcional.

O crescimento de receita no segmento MCMV 2 e 3, permitiu uma melhora significativa do Lucro Bruto Ajustado[1] consolidado que, em 2019, atingiu montante de R$ 502 milhões, com Margem Bruta Ajustada[1] de 34%. O segmento MAC também apresentou melhora de margem, principalmente devido ao lançamento de novos projetos neste segmento e venda de unidades em empreendimentos concluídos e margem superiores.

Dessa forma, a Direcional somou R$ 1,5 bilhão em Receita Líquida no acumulado de 2019, crescimento de 25% ante ao ano anterior. No 4T19, a Receita Líquida foi de R$ 368 milhões.

Impulsionada pelo bom desempenho operacional, o Lucro Líquido da Companhia atingiu R$ 28 milhões no 4T19, representando um ROE anualizado e crescente de 8,8%. O Lucro Líquido acumulado de 2019 foi de R$ 100 milhões.

No 4T19, a Direcional gerou R$ 34 milhões de caixa[2], totalizando R$ 167 milhões em 2019. Dessa forma, encerramos o 4T19 com índice de alavancagem de apenas 7% (Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido), índice 2,5 p.p. inferior a 2018.

Durante 2019, a Direcional realizou distribuição de dividendos no valor de R$ 130 milhões, representando 13% de *dividend yield*[3].

Olhando para frente, a Direcional espera manter sua capacidade de construir com eficiência diferenciada, foco na geração de caixa e na geração de riqueza para seus acionistas, clientes, colaboradores e sociedade.

Obrigado.

Administração Direcional Engenharia S.A.

[1] Ajuste excluindo os juros capitalizados de financiamento à produção.

[2] Geração de Caixa: variação da dívida líquida ajustado por pagamento de dividendos e recompra de ações.

[3] Considerando o preço da última negociação da ação em 2018.

LANÇAMENTOS

Em 2019, os Lançamentos de Incorporação atingiram R$ 1,95 bilhão, crescimento de 16% em relação ao ano de 2018. Excluindo-se os lançamentos MCMV Faixa 1,5, o crescimento foi de 40%.

A tabela abaixo fornece maiores informações sobre os empreendimentos lançados em 2019:

Lançamentos (VGV - R$ mil)	2019 (c)	2018 (d)	Δ % (c/d)
VGV Lançado - 100%	**1.946.038**	**1.904.853**	**2,2%**
MCMV Faixa 1	-	224.304	-100,0%
MCMV 1,5; 2 e 3	1.710.255	1.680.549	1,8%
MAC	235.783	-	n/a
VGV Lançado - % Direcional	**1.712.229**	**1.694.954**	**1,0%**
MCMV Faixa 1	-	224.304	-100,0%
MCMV 1,5; 2 e 3	1.479.778	1.470.650	0,6%
MAC	232.451	-	n/a
Unidades Lançadas	**11.212**	**11.879**	**-5,6%**
MCMV Faixa 1	-	2.345	-100,0%
MCMV 1,5; 2 e 3	10.708	9.534	12,3%
MAC	504	-	n/a
% Direcional Médio	88,0%	89,0%	-1,0 p.p.

VENDAS CONTRATADAS

O ano de 2019 acumulou R$ 1,3 bilhão em vendas de incorporação, volume 8% maior do que 2018, sendo que, desconsiderando-se o MCMV Faixa 1,5, o crescimento foi de 44%.

A tabela abaixo consolida as informações para 2019:

Vendas Líquidas Contratadas	2019 (c)	2018 (d)	Δ % (c/d)
VGV Líquido Contratado 100% (R$ mil)	**1.320.407**	**1.450.714**	**-9,0%**
MCMV Faixa 1	-	224.304	-100,0%
MCMV 1,5; 2 e 3	1.203.347	1.165.148	3,3%
MAC	117.060	61.262	91,1%
VGV Líquido Contratado % Direcional (R$ mil)	**1.153.186**	**1.334.511**	**-13,6%**
MCMV Faixa 1	-	224.304	-100,0%
MCMV 1,5; 2 e 3	1.053.982	1.058.347	-0,4%
MAC	99.204	51.860	91,3%
Unidades Contratadas	**7.601**	**9.843**	**-22,8%**
MCMV Faixa 1	-	2.345	-100,0%
MCMV 1,5; 2 e 3	7.326	7.285	0,6%
MAC	275	213	29,1%
VSO (Vendas Sobre Oferta) em VGV - Ex Faixa 1	**35,3%**	**36,8%**	**-1,6 p.p.**
MCMV 1,5; 2 e 3	38,4%	45,0%	0,0%
MAC1	19,3%	8,3%	0,0%

ESTOQUE

A Direcional encerrou o 2019 com 12.519 unidades em estoque, totalizando VGV de R$ 2,4 bilhões.

A tabela abaixo apresenta o estoque a valor de mercado aberto por estágio de construção e tipo de produto. Vale destacar que o segmento ***MCMV*** possui apenas R$ 20 milhões em VGV de unidades concluídas, representando menos de 1% do total do estoque.

	VGV Total		
Abertura do Estoque a Valor de Mercado (R$ milhões)	MCMV	MAC	Consolidado (% Total)
Em andamento	1.932	210	2.142
Concluído	20	273	293
Total	1.952	483	2.435
Total Unidades	11.442	1.077	12.519

BANCO DE TERRENOS

A Direcional encerrou o 4T19 com banco de terrenos com potencial de desenvolvimento de 133.475 unidades e VGV de R$ 22 bilhões (R$ 20 bilhões % Direcional).

Os terrenos destinados ao segmento MCMV 2 e 3 totalizaram VGV potencial de R$ 16 bilhões (R$ 14 bilhões % Direcional), e 109.874 unidades. Os terrenos voltados para o segmento MAC somaram R$ 4 bilhões em VGV potencial. Já os terrenos que podem ser lançados tanto no segmento MCMV 2 e 3, quanto no MAC (denominados como "Flex"), representaram VGV potencial de R$ 2 bilhões, com 9.886 unidades.

O custo de aquisição médio do banco de terrenos é de 11% do VGV potencial, sendo que 84% será pago via permuta, com reduzido impacto no caixa antes do início de desenvolvimento do empreendimento.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Bruta

A Receita Bruta da Direcional somou R$ 1.541 milhões em 2019, 24,2% superior ao volume apresentado em 2018.

Receita Bruta (R$ mil)	2019 (c)	2018 (d)	Δ % (c/d)
Receita operacional bruta	**1.541.080**	**1.241.113**	**24,2%**
Com vendas de imóveis	1.352.267	1.060.570	27,5%
Com prestação de serviços	188.813	180.543	4,6%

Receita com Vendas de Imóveis

A Receita Bruta com Vendas de Imóveis, que consolida os segmentos MCMV 2 e 3 e MAC, atingiu R$ 1.352 milhões em 2019, crescimento de 27,5% em relação ao ano anterior. Esse desempenho deveu-se, principalmente, ao maior volume de unidades vendidas, bem como a aceleração na construção das unidades já comercializadas. A Receita Bruta do segmento MCMV somou R$ 1,3 bilhão em 2019, representando crescimento de 36% em relação a 2018.

Receita com Prestação de Serviços

A Receita Bruta do segmento de prestação de serviços, que representou 12% do total de receita reconhecida em 2019, é composta por (i) reconhecimento de receitas das obras em regime de empreitada (MCMV Faixa 1); (ii) taxa de administração de obras e (iii) corretagem sobre vendas realizadas pela corretora própria.

No acumulado do ano, a Receita com Prestação de Serviços atingiu R$ 189 milhões, representando crescimento de 5% em relação ao ano de 2018. O fim das obras nos projetos contratados no Faixa 1 do MCMV é o principal motivo para o declínio na Receita de Empreitada, uma vez que a Companhia não contratou novos projetos neste segmento em 2019.

Receita Operacional Líquida

No acumulado de 2019, a Receita Líquida da Direcional somou R$ 1,5 bilhão, crescimento de 25% quando comparado 2018. Conforme já comentado, esse desempenho deve-se ao melhor desempenho operacional de ambos segmentos MCMV 2 e 3 e MAC, que apresentaram forte crescimento de vendas nos últimos trimestres.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto Ajustado[1] de 2019 totalizou R$ 502 milhões, resultando em uma Margem Bruta Ajustada[1] de 34,5% no ano, 5,2 p.p. acima da margem de 2018. Este desempenho pode ser explicado, principalmente, pela melhora das margens de ambos os segmentos, em especial do segmento MCMV 2 e 3, cuja receita representou 83% do total apropriado no período e atingiu. Vale ressaltar que o aumento das margens do segmento MCMV 2 e 3 decorrem principalmente do reconhecimento de economias de obras que estão em fase final de construção.

[1] - Ajuste excluindo os juros de financiamento à produção capitalizados no custo.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A)

As Despesas Gerais e Administrativas somaram R$ 112 milhões em 2019, crescimento de 12% em relação ao ano anterior. Importante ressaltar a diluição do G&A sobre a Receita Bruta quando comparado 2019 a 2018, representando uma redução de 0,8 p.p.

Despesas Comerciais

Em 2019, as Despesas Comerciais somaram R$ 105 milhões, aumento de 39% quando comparado com 2018 e 13%, em linha com o crescimento das vendas.

Ebitda

Em 2019, o Ebitda Ajustado[1] atingiu R$ 240 milhões, crescimento de 111% em relação a 2018. A margem Ebitda alcançou 16%.

A melhora do Ebitda deveu-se, principalmente, pelo aumento significativo do Lucro Bruto, gerando uma maior diluição das despesas operacionais.

Recomposição do EBITDA (R$ mil)	2019 (c)	2018 (d)	Δ % (c/d)
Lucro Líquido do Período	**100.476**	**17.908**	**461%**
(+) Depreciação e amortização	35.872	20.135	78%
(+) Imposto de renda e contribuição social	32.986	22.608	46%
(+) Participação dos acionistas minoritários	20.340	7.704	164%
(+/-) Resultado financeiro	39.215	20.511	91%
(+) Custo financiamento da produção	11.321	25.113	-55%
EBITDA ajustado	**240.210**	**113.979**	**111%**
Margem EBITDA ajustada[1]	**16%**	**-2%**	**18 p.p.**

1. Ajustado por resultado não recorrente da operação envolvendo a venda de empreendimentos em bloco para o FII DMAC11

Resultado Líquido

No acumulado do ano, a Direcional acumulou R$ 100 milhões de Lucro Líquido. Vale destacar que com este resultado representa um ROE anualizado de 8,8% no 4T19.

DESTAQUES DO BALANÇO PATRIMONIAL

Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

A Direcional encerrou 2019 com saldo de Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras de R$ 729 milhões, redução de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior. Importante ressaltar que, ao longo de 2019 a Direcional reduziu em 17% o saldo de endividamento e distribuiu R$ 130 milhões, que impactam diretamente no Caixa.

Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras (R$ mil)	2019 (a)	2018 (c)	Δ % (a/b)
Caixa e Equivalentes de Caixa	533.795	715.294	-15,0%
Aplicações Financeiras	195.587	144.050	1,8%
Total	**729.382**	**859.344**	**-11,1%**

Contas a Receber

A Direcional encerrou 2019 com saldo contábil de contas a receber de R$ 444 milhões, montante 14% inferior em relação a 2018.

A redução do Contas a Receber de venda de imóveis durante dos últimos 12 meses deve-se ao aumento do giro do contas a receber em relação ao volume de receitas, função da adoção do repasse na planta para as vendas dos imóveis no segmento MCMV 2 e 3.

Segundo regras contábeis atuais, o reconhecimento de Contas a Receber é proporcional ao índice de execução das respectivas obras (*Percentage of Completion - POC*). Deste modo, o saldo de Contas a Receber das unidades vendidas de incorporação e ainda não construídas não está integralmente refletido nas Demonstrações Contábeis. Neste sentido cabe ressaltar que o saldo total de Contas a Receber da Direcional no encerramento do 4T19 era de R$ 1,2 bilhão.

Endividamento

O saldo bruto de Empréstimos e Financiamentos encerrou o ano em R$ 831 milhões 17% abaixo do que 2018.

A tabela abaixo apresenta a abertura do endividamento, bem como seu cronograma de amortização.

Endividamento (R$ mil)	2019 (a)	2018 (c)	Δ % (a/b)
Empréstimos e Financiamentos	**831.068**	**997.592**	**-5,8%**
Caixa e Equivalentes	**729.382**	**859.344**	**-11,1%**
Dívida Líquida	101.686	138.248	63,6%
Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido	**7,4%**	**9,9%**	**3,0 p.p.**

O prazo médio ponderado de vencimento da dívida no fechamento do 4T19 foi de 37 meses.

Geração de Caixa *(cash burn)*

No acumulado de 2019 a Geração de Caixa totalizou R$ 167 milhões.

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código CB9C-68DB-9D78-5132.

DIRECIONAL

DIRR3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.1	**337.067**	390.971	**533.795**	715.294
Aplicações financeiras	3.2	**160.220**	131.397	**195.587**	144.050
Contas a receber	4.1	**3.475**	14.969	**347.538**	394.942
Estoques	5	**3.302**	868	**1.080.672**	823.164
Crédito com partes relacionadas	6.1	**39.190**	75.923	**44.973**	71.227
Tributos a recuperar		**14.752**	16.707	**24.560**	26.135
Contas a receber por alienação de investimentos	4.2	**11.500**	2.000	**22.514**	2.013
Outros créditos		**52.005**	36.880	**83.786**	74.289
Total do ativo circulante		**621.511**	669.715	**2.333.425**	2.251.114
Ativo não circulante					
Contas a receber	4.1	**37**	20	**96.579**	121.262
Estoques	5	**20.565**	412.652	**2.008.992**	2.090.294
Créditos com partes relacionadas	6.1	**-**	-	**-**	649
Depósitos judiciais		**8.912**	8.130	**16.472**	15.143
Contas a receber por alienação de investimentos	4.2	**29.722**	27.985	**29.722**	27.985
Outros créditos		**9.651**	10.167	**10.854**	10.369
Investimentos	7	**1.437.970**	1.457.227	**48.885**	64.161
Imobilizado	8	**73.784**	44.844	**101.972**	66.272
Intangível		**6.959**	3.985	**7.815**	4.436
Total do ativo não circulante		**1.587.600**	1.965.010	**2.321.291**	2.400.571
Total do ativo		**2.209.111**	2.634.725	**4.654.716**	4.651.685

	Nota	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	9.1	**192.813**	369.814	**212.514**	448.666
Fornecedores		**8.809**	11.073	**51.601**	75.747
Obrigações trabalhistas	10	**12.771**	10.107	**30.640**	26.183
Obrigações tributárias	11	**514**	741	**22.968**	23.305
Financiamento por arrendamento	9.2	**8.194**	-	**8.468**	-
Credores por imóveis compromissados	12	**-**	-	**94.094**	92.367
Adiantamento de clientes	13	**19.253**	-	**37.745**	12.913
Dividendos propostos	16.4.3	**-**	-	**-**	146
Outras contas a pagar	14	**25.141**	68.502	**19.015**	55.143
Provisão para garantia	15.1	**3.997**	7.329	**20.752**	10.959
Débitos com partes relacionadas	6.1	**14.333**	17.044	**18.767**	18.729
Total do passivo circulante		**285.825**	484.610	**516.564**	764.158
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9.1	**589.901**	450.564	**618.554**	548.926
Fornecedores		**1.163**	187	**13.098**	1.093
Provisão para garantia	15.1	**1.931**	468	**15.347**	19.302
Obrigações tributárias	11	**40**	-	**3.924**	3.740
Financiamento por arrendamento	9.2	**33.365**	-	**33.465**	-
Credores por imóveis compromissados	12	**20.227**	412.752	**1.639.109**	1.466.972
Adiantamento de clientes	13	**-**	-	**368.161**	396.910
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15.2	**2.328**	2.753	**33.747**	31.308
Outras contas a pagar	14	**17.404**	-	**43.403**	26.000
Débitos com partes relacionadas	6.1	**-**	700	**-**	-
Total do passivo não circulante		**666.359**	867.424	**2.768.808**	2.494.251
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	**752.982**	752.982	**752.982**	752.982
Reservas de capital	16.3	**198.160**	203.615	**198.160**	203.615
Outorga de opção de ações		**15.508**	11.720	**15.508**	11.720
Ajuste de avaliação patrimonial		**(18.679)**	(18.621)	**(18.679)**	(18.621)
Ações em tesouraria		**(32.076)**	(37.531)	**(32.076)**	(37.531)
Reservas de lucros	16.4	**341.032**	370.526	**341.032**	370.526
		1.256.927	1.282.691	**1.256.927**	1.282.691
Participação dos não controladores		**-**	-	**112.417**	110.585
		1.256.927	1.282.691	**1.369.344**	1.393.276
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.209.111**	2.634.725	**4.654.716**	4.651.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Individual 2019	Individual 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita líquida	17	**136.013**	65.640	**1.458.228**	1.166.048
Custo da venda de imóveis e serviços prestados	18	**(108.967)**	(50.619)	**(967.112)**	(849.225)
Lucro bruto		**27.046**	15.021	**491.116**	316.823
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	**(101.826)**	(90.103)	**(112.406)**	(100.301)
Despesas comerciais	18	**(6.130)**	(2.253)	**(146.206)**	(105.046)
Resultado com equivalência patrimonial	7	**240.585**	123.325	**2.394**	(2.339)
Outras receitas e (despesas) operacionais	19	**(17.284)**	(98.332)	**(41.881)**	(139.954)
		115.345	(67.363)	**(298.099)**	(347.640)
Despesas financeiras	20	**(72.757)**	(51.711)	**(80.156)**	(58.858)
Receitas financeiras	20	**31.464**	26.863	**40.941**	38.347
Resultado financeiro	20	**(41.293)**	(24.848)	**(39.215)**	(20.511)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**101.098**	(77.190)	**153.802**	(51.328)
Imposto de renda e contribuição social	21	**(622)**	(305)	**(32.986)**	(22.608)
Resultado líquido do exercício		**100.476**	(77.495)	**120.816**	(73.936)
Resultado líquido atribuível					
Direcional Engenharia S.A.		**100.476**	(77.495)	**100.476**	(77.495)
Participantes não controladores em SPEs e SCPs		**-**	-	**20.340**	3.559
Resultado líquido por ação					
Básico	16.5	**0,68**	(0,53)		
Diluído	16.5	**0,67**	(0,53)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Receitas				
Vendas de imóveis e prestação de serviços	**141.959**	72.328	**1.550.861**	1.241.555
Outras receitas e (despesas) operacionais	**(17.284)**	(98.332)	**(41.881)**	(139.954)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (constituição) reversão	**-**	-	**(5.530)**	(2.315)
	124.675	(26.004)	**1.503.450**	1.099.286
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	**(90.357)**	(42.683)	**(778.923)**	(665.447)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	**(11.844)**	(11.166)	**(20.594)**	(16.738)
Outros	**(23.967)**	(23.612)	**(162.034)**	(143.560)
	(126.168)	(77.461)	**(961.551)**	(825.745)
Valor adicionado bruto	**(1.493)**	(103.465)	**541.899**	273.541
Depreciação e amortização, líquidas	**(15.253)**	(4.434)	**(35.872)**	(20.135)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(16.746)**	(107.899)	**506.027**	253.406
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**240.585**	123.325	**2.394**	(2.339)
Receitas financeiras	**31.464**	26.863	**40.941**	38.347
	272.049	150.188	**43.335**	36.008
Valor adicionado total a distribuir	**255.303**	42.289	**549.362**	289.414
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**75.501**	61.080	**216.980**	184.013
Impostos, taxas e contribuições	**6.569**	6.993	**120.089**	95.800
Remuneração de capitais de terceiros	**72.757**	51.711	**91.477**	83.537
Lucros/prejuízos retidos	**100.476**	(77.495)	**100.476**	(77.495)
Parcela do resultado atribuído a acionistas não controladores	**-**	-	**20.340**	3.559
	255.303	42.289	**549.362**	289.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Individual 2019	Individual 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Resultado líquido do exercício	**100.476**	(77.495)	**120.816**	(73.936)
Total de resultado abrangente do exercício	**100.476**	(77.495)	**120.816**	(73.936)
Atribuível a				
Acionista da Companhia			**100.476**	(77.495)
Participação dos acionistas não controladores			**20.340**	3.559
			120.816	(73.936)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Individual 31/12/2019	Individual 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**101.098**	(77.190)	**153.802**	(51.328)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	**15.253**	4.434	**35.872**	20.135
Resultado de equivalência patrimonial	**(240.585)**	(123.325)	**(2.394)**	2.339
Provisão para garantia	**(1.866)**	7.781	**5.841**	(4.552)
Juros sobre encargos e financiamentos	**66.950**	46.000	**79.613**	71.777
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	**(425)**	2.092	**2.439**	(1.423)
Resultado com permuta física	**-**	-	**(6.593)**	(911)
Imposto de renda e contribuição social	**-**	(109)	**-**	12.476
Resultado das vendas de participações societárias	**(34.425)**	-	**(53.425)**	-
Efeito adoção IFRS 9 - CPC 48	**-**	(11.572)	**-**	(12.712)
Ajuste a valor presente sobre contas a receber	**-**	-	**(4.251)**	1.873
Ajuste a valor presente sobre financiamento por arrendamento	**2.728**	-	**2.758**	-
Juros sobre contas a pagar por aquisição de direito de uso	**(23)**	-	**(23)**	-
Provisão para perdas de contas a receber	**-**	-	**5.530**	(764)
Provisão para plano de opções de ações	**3.788**	3.991	**3.788**	3.991
Provisão para participação nos lucros	**2.305**	-	**2.305**	-
Acréscimos (decréscimo) em ativos				
Contas a receber	**11.477**	(5.141)	**38.087**	318.073
Estoques	**(2.876)**	1.078	**145.309**	280.719
Créditos diversos	**(14.609)**	(248.184)	**(9.982)**	(262.224)
Partes relacionadas	**50.171**	(2.627)	**33.689**	15.100
Depósitos judiciais	**(782)**	(15)	**(1.329)**	2.985
Tributos a recuperar	**1.955**	1.852	**1.575**	(1.451)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	**(3.307)**	(553)	**(18.813)**	(7.414)
Obrigações trabalhistas	**359**	1.422	**2.152**	5.612
Obrigações tributárias	**(21)**	109	**(2.436)**	(12.476)
Credores por imóveis compromissados	**-**	(1.139)	**(150.008)**	(93.391)
Adiantamento de clientes	**19.253**	-	**26.547**	9.396
Contas a pagar	**(25.957)**	20.716	**(18.871)**	4.279
Partes relacionadas	**(3.411)**	(1.284)	**38**	1.917
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(788)**	(196)	**(30.703)**	(35.084)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(53.738)**	(381.860)	**240.517**	266.942
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Acréscimo (decréscimo) de investimentos (SCPs e SPEs)	**5.135**	(111.151)	**16.789**	(17.063)
Dividendos recebidos	**254.707**	228.002	**881**	64
Venda de participações societárias	**23.188**	230.219	**31.187**	245.060
Acréscimo do imobilizado	**(1.696)**	(13.096)	**(11.021)**	(19.698)
Imobilizado arrendado	**(5.656)**	-	**(5.753)**	-
Acréscimo de intangível	**(3.715)**	(2.507)	**(4.278)**	(2.765)
Aplicações financeiras	**(28.823)**	(77.702)	**(51.537)**	(73.341)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**243.140**	253.765	**(23.732)**	132.257
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	**(129.969)**	(90.000)	**(129.969)**	(90.000)
Ingresso de financiamento por arrendamento	**(2.443)**	-	**(2.627)**	-
Juros pagos sobre arrendamento	**(176)**	-	**(180)**	-
Ingressos dos empréstimos	**304.809**	528.647	**404.891**	785.274
Amortizações dos empréstimos	**(338.853)**	(107.640)	**(569.233)**	(688.025)
Juros pagos	**(76.617)**	(36.143)	**(82.601)**	(65.820)
Aumento/redução de capital por não controladores	**(57)**	2.803	**(18.565)**	(38.382)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(243.306)**	297.667	**(398.284)**	(96.953)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(53.904)**	169.572	**(181.499)**	302.246
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**390.971**	221.399	**715.294**	413.048
No final do exercício	**337.067**	390.971	**533.795**	715.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

		Atribuível aos acionistas da Controladora										
				Reservas de capital			Reservas de lucro					
	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Por emissão de ações/ alienação	Por outorga de opções de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retidos	Para investimento	Patrimônio líquido individual	Participação não Controladores	Patrimônio líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017		752.982	(40.793)	206.877	7.729	(21.422)	25.345	120.382	403.864	1.454.964	149.351	1.604.315
Opções outorgadas reconhecidas	16.3	-	-	-	3.991	-	-	-	-	3.991	-	3.991
Redução de capital por não controladores	16.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.184)	(41.184)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	(18.812)	(58.683)	(77.495)	3.559	(73.936)
Dividendos propostos	16.4.3	-	-	-	-	-	-	(90.000)	-	(90.000)	-	(90.000)
Alienação de ações em tesouraria	16.2	-	3.262	(3.262)	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito adoção IFRS 9 - CPC 48		-	-	-	-	-	-	(11.572)	-	(11.572)	(1.141)	(12.713)
Transação com acionistas não controladores	16.6	-	-	-	-	2.801	-	2	-	2.803	-	2.803
Saldos em 31 de dezembro de 2018		752.982	(37.531)	203.615	11.720	(18.621)	25.345	-	345.181	1.282.691	110.585	1.393.276
Opções outorgadas reconhecidas	16.3	**-**	**-**	**-**	**3.788**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.788**	**-**	**3.788**
Redução de capital por não controladores	16.6	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(18.508)**	**(18.508)**
Resultado do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100.476**	**-**	**100.476**	**20.340**	**120.816**
Dividendos propostos	16.4.3	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(73.901)**	**(56.068)**	**(129.969)**	**-**	**(129.969)**
Alienação de ações em tesouraria	16.2	**-**	**5.455**	**(5.455)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituição de reservas	16.4.1	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.025**	**(26.574)**	**21.549**	**-**	**-**	**-**
Transação com acionistas não controladores	16.6	**-**	**-**	**-**	**-**	**(58)**	**-**	**(1)**	**-**	**(59)**	**-**	**(59)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**752.982**	**(32.076)**	**198.160**	**15.508**	**(18.679)**	**30.370**	**-**	**310.662**	**1.256.927**	**112.417**	**1.369.344**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código DF0D-C1CE-7335-1E2E.

DIRECIONAL

DIRR3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

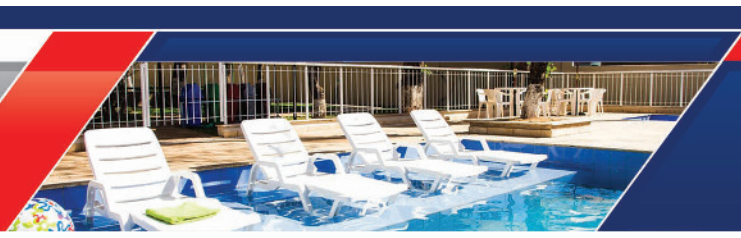
A Direcional Engenharia S.A. ("Direcional", "Controladora" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma Companhia de capital aberto e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA, sob a sigla DIRR3. A Companhia é uma incorporadora e construtora, com foco no desenvolvimento de empreendimentos populares de grande porte e atuação primordial nas regiões norte, centro oeste e sudeste. Durante os seus 39 anos de experiência em incorporação e construção de empreendimentos populares, desenvolveu uma estrutura verticalizada e um processo construtivo padronizado, o que tem viabilizado a construção de empreendimentos em grande escala. A Companhia desenvolve suas atividades de incorporação e construção por meio de Sociedades em Conta de Participação ("SCPs") e Sociedades de Propósito Específicas ("SPEs"), no curso normal dos negócios, como forma de viabilizar a formação de parcerias, permitir o acompanhamento individualizado dos empreendimentos, facilitar a obtenção de financiamentos à produção e o controle financeiro contábil. As SCPs e as SPEs têm atuação exclusiva no setor imobiliário e, na maioria dos casos, estão vinculadas a um empreendimento específico. Em 9 de março de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras e autorizou sua divulgação.

2. Resumo das principais práticas e políticas contábeis e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3. **a) *Demonstrações financeiras consolidadas:*** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais consideram, adicionalmente, a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 47 (IFRS 15), que dispõe sobre a receita de contrato com cliente, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas, conforme descrito em detalhes na Nota Explicativa nº 2.1.16. As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na Nota Explicativa nº 7. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia participa de empreendimentos imobiliários por meio de Sociedades em Conta de Participação ("SCPs") e Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"). As operações das SCPs são efetuadas em nome do sócio ostensivo que geralmente é o líder do projeto. **b) *Demonstrações financeiras individuais:*** As demonstrações financeiras individuais da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o Pronunciamento Técnico - CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, identificadas como controladora. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, essa capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, coligadas e as operações em conjunto com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. As demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas, para fins de equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e, quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. A participação societária no resultado das controladas, controladas em conjunto e coligadas são demonstradas no resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido da investida atribuível aos controladores. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua sociedade controlada e coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas e coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.1.2. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **a) *Controladas:*** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas), com ou sem personalidade jurídica, nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente forem menores que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **b) *Transações com participações de não controladores:*** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **c) *Perda de controle em controladas:*** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **d) *Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:*** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.1.3. Apresentação de informações por segmentos:** Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Administração da Companhia baseia os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "Negócios Imobiliários". **2.1.4. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais Brasileiros, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **2.1.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.1.6. Ativos financeiros: a) *Classificação:*** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. I) ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da companhia. II) ***Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da companhia. III) ***Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:*** Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima. **b) *Reconhecimento e mensuração:*** Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas e (despesas) operacionais" no período em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. **c) *Compensação de instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **d) *Impairment de ativos financeiros:*** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) O Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.1.7. Contas a receber por incorporação de imóveis e por prestação de serviços:** O Contas a receber está substancialmente representado pelos créditos a receber (circulante e não circulante), e são provenientes das vendas de unidades imobiliárias residenciais (denominadas "contas a receber por incorporação de imóveis"), e da execução de serviços por administração de obras (denominados "contas a receber por prestação de serviços"). O Contas a receber de clientes, de unidades lançadas, porém não concluídas, são constituídas aplicando-se o percentual de evolução da obra (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (atualização monetária), deduzindo-se as parcelas recebidas. Caso o montante das parcelas recebidas for superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como adiantamento de clientes, no passivo. O saldo de contas a receber de clientes de imóveis não concluídos encontra-se demonstrado pelo seu valor presente líquido, isto é, descontado ao valor presente pela diferença dos juros contratuais cobrados posterior a entrega do imóvel e a taxa de correção das prestações quando da construção do imóvel (INCC). Se o prazo de recebimento do equivalente ao saldo de contas a receber é de um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, a parcela excedente está apresentada no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). **2.1.8. Estoques: a) *Estoque de terrenos a incorporar:*** Os estoques de terrenos são registrados pelo custo histórico de formação, que incluem todos os gastos correlacionados, diretamente vinculados e mensuráveis, inclusive operações de permuta calculadas pelo seu valor justo. Os terrenos podem ser adquiridos através de parcerias com os proprietários dos terrenos (permutas físicas e permutas financeiras). *Permuta física*: o valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes, no momento da assinatura do instrumento particular ou quando as condições constantes nas cláusulas resolutivas do contrato forem satisfeitas. As receitas decorrentes de operações de permutas são apropriadas ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos. *Permuta financeira*: nas permutas financeiras, a Companhia repassa aos vendedores do terreno uma percentagem sobre o valor das vendas. Esse valor é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a contas a pagar, no momento da assinatura do instrumento particular ou do contrato relacionado à referida transação. Os estoques de terrenos a incorporar são classificados de acordo com a expectativa de lançamento do empreendimento. Caso o empreendimento, cujo terreno está atrelado, tenha expectativa de lançamento nos próximos 12 meses, o terreno é classificado no ativo circulante. Caso contrário, o terreno é classificado no ativo não circulante. **b) *Estoque de imóveis em construção:*** Os estoques de imóveis em construção são demonstrados como parcela em estoque correspondendo ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, ajustados ao valor líquido de realização, quando menor do que o custo incorrido. O custo compreende o custo de aquisição do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção). **2.1.9. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada descritas na Nota 8. Para a depreciação das formas de alumínio utilizadas no processo construtivo das unidades, a Companhia utiliza o método de depreciação por unidade produzida que resulta em despesa baseada na produção realizada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As despesas com estande de vendas, incluindo a sua construção, decoração, mobiliária e manutenção, são reconhecidas como ativo imobilizado, desde que o prazo de vida útil estimado não seja inferior a 12 meses, e a sua depreciação é apropriada ao resultado como despesa comercial durante a sua vida útil. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. **2.1.10. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.1.11 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.1.12. Financiamentos por arrendamento: a) *Ativo de direito de uso:*** A Companhia reconhece seus ativos de direito de uso ao valor de custo deduzidos de qualquer depreciação, perda ou redução do valor recuperável e ajustado por qualquer mensuração do passivo. O custo do ativo de direito de uso compreende o valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento, pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, custos iniciais incorrido e a estimativa de custos a serem incorridos para desmobilização do ativo. A Companhia deprecia seus ativos de direito de uso linearmente pelo prazo do arrendamento. **b) *Passivos* de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento ao valor presente dos pagamentos, utilizando a taxa de incremental sobre seus empréstimos porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A taxa incremental de financiamento foi calculada pela média ponderada pelo saldo devedor dos contratos de financiamentos ativos da Companhia. **c) *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:*** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (aqueles em que o prazo seja igual ou inferior a 12 meses) ou de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos são reconhecidos como despesa. **2.1.13. Provisões:** As provisões para garantia e provisão para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **a) *Provisão para contingências:*** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **b) *Provisão para garantia:*** O Grupo constitui provisão para garantia com a finalidade de cobrir gastos com reparos em empreendimentos durante o período previsto em seus contratos, com base no histórico de gastos incorridos. A provisão é constituída em contrapartida do resultado (custo dos imóveis vendidos), à medida que os custos de unidades vendidas são incorridos. Eventuais saldos remanescentes não utilizados da provisão são revertidos após o prazo contratual da garantia. O prazo médio da garantia é de aproximadamente 5 anos após a entrega do empreendimento imobiliário. **2.1.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Grupo estrutura suas operações em entidades em propósitos específicos (Sociedades de Propósitos Específicos - SPE e Sociedades em Conta de Participação - SCP), que tem como objeto social a construção e venda de unidades imobiliárias. A Companhia realiza a apuração e o recolhimento da tributação das receitas relacionadas às vendas de unidades imobiliárias pelo regime de caixa, não pelo regime de competência, conforme está estabelecido pela Instrução Normativa emitida pela Secretaria da Receita Federal de nº 84/79. Adicionalmente, essas sociedades de propósitos específicos são tributadas pelo lucro presumido, e a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% (incorporação imobiliária, inclusive atualização monetária) e 32% (prestação de serviços), a da contribuição social à razão de 12% (incorporação imobiliária) e 32% (prestação de serviços) e 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. O Grupo vem optando pelo Regime Especial de Tributação (RET) aplicado às incorporadoras. Para isto, se faz necessário o atendimento a algumas normas relativas ao patrimônio de afetação conforme IN RFB 1.435 de 30 de dezembro de 2013. Essa norma nos permite ter uma carga tributária que chega a 4%

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 82E2-8072-1055-FCF9.

DIRECIONAL



DIRR3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

para as incorporações. A Direcional Engenharia S.A. ("holding") é tributada pelo lucro real, e o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios contábeis estabelecidos pela legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Uma das principais diferenças temporárias corresponde a diferença de apuração das receitas pelo regime fiscal (regime de caixa) e pelo regime societário (competência). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.1.15. Benefícios a empregados:** **a)** ***Remuneração com base em ações:*** O Grupo opera dois planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro. **b)** ***Participação nos lucros:*** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.**2.1.16. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.1.17. Reconhecimento da receita:** A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. **a)** ***Unidades imobiliárias concluídas:*** Nas vendas a prazo de unidade concluída, o resultado é apropriado no momento da entrega das chaves, quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade são transferidos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma *pro rata temporis* ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. **b)** ***Unidades imobiliárias em construção:*** A Companhia adotou a metodologia de reconhecimento de receitas pelo POC por entender que essa sistemática é a melhor forma de demonstrar os resultados do seguimento, pois é possível acompanhar os resultados durante o processo de construção, isso permite uma análise concreta do resultado dos empreendimentos. Para garantir que não haja distorções relevantes nesse processo, a Companhia utiliza ERP robusto onde são registradas todas as transações financeiras, todo o processo de suprimento também é informatizado, desde a cotação até o acompanhamento das entregas, todas as operações de pagamentos são realizadas mediantes definições de alçadas, todo o processo de fechamento contábil é informatizado, realizamos mensalmente comitê para validação dos orçamentos e definições de desvios apontados, os orçamentos somente são enviados para a contabilidade após a validação desse comitê, dessa forma a Companhia entende ter segurança nas informações para a aplicação do POC. Nas vendas de unidades não concluídas, foram observados os procedimentos e normas estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 47 "Receita de contrato com cliente" para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada de riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade. Os seguintes procedimentos são adotados para o reconhecimento da receita de vendas das unidades em construção: O custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o custo do terreno, é apropriado integralmente ao resultado. É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o terreno, em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo esse percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das operações efetuadas em permuta de terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, o qual prevê a atualização monetária dos valores a receber de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), sendo assim determinado o montante da receita de venda a ser reconhecida. Os montantes da receita de venda apuradas, incluindo a atualização monetária do contas a receber, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável. O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na maior taxa identificada na comparação entre a taxa média de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, expurgada a inflação, e a taxa da NTNB, desde o momento da assinatura do contrato até a data prevista para a entrega do imóvel. A partir da entrega do imóvel, sobre as contas a receber passa a incidir juros de 12% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IGPM. A taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado o POC. Os juros e encargos financeiros, de financiamento de obras e aquisição de terrenos, são apropriados ao custo do empreendimento, sendo apropriados ao resultado de acordo com as unidades alienadas, não interferindo na determinação do percentual do custo incorrido em relação ao custo total orçado (POC). **c)** ***Receita financeira:*** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **2.1.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em assembleia geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.1.19. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas pela Companhia:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil	Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRS 16. Refere-se à definição e à orientação do contrato de arrendamento previsto no IAS 17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, podendo ficar fora do escopo da norma os contratos de curto prazo ou de pequeno valor. A Companhia e suas controladas adotaram a norma em 1º de janeiro de 2019. A Direcional possui arrendamento de equipamentos que são considerados de baixo valor ou de curto prazo aos quais a Companhia optou em não aplicar a norma. A Companhia aplicou a norma utilizando a abordagem retrospectiva e o expediente prático para a definição dos contratos de arrendamento na data da transição. Dessa forma, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa incremental sobre seus empréstimos na data da adoção. O ativo de direito de uso foi reconhecido pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento. A Companhia aplicou uma taxa de desconto única para os ativos arrendados, considerando os prazos remanescentes dos contratos e a garantia proporcionada pelos ativos. Abaixo demonstramos os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16:

	Adoção CPC 06 (R2)/IFRS 16					
	Individual			Consolidado		
	Ativo (NE 8)	Passivo	Resultado	Ativo (NE 8)	Passivo	Resultado
Adoção inicial	39.456	39.456	-	39.980	39.980	-
Adições	6.123	6.123	-	6.212	6.212	-
Depreciação	(6.838)	-	(6.838)	(7.122)	-	(7.122)
Pagamentos principal	-	(8.099)	-	-	(8.380)	
Pagamento juros	-	(198)	-	-	(205)	
Correção	1.550	1.550	-	1.567	1.567	
AVP (juros apropriados)	-	2.727	(2.727)	-	2.759	(2.759)
Saldo em 31/12/2019	40.291	41.559	(9.565)	40.637	41.933	(9.881)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.	Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 23. Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como mensurar e reconhecer os tributos sobre o lucro quando há incertezas. Esta Interpretação trata: (a) se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; (b) as premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; (c) como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e (d) como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias. A Companhia não identificou impactos materiais com relação à adoção da nova prática. **2.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Reconhecimento de receita de unidades imobiliárias em construção:** Para fins de aplicação da política contábil de reconhecimento de receita de unidades imobiliárias em construção, a Administração segue a CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A Companhia e suas controladas usam o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos. A receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelo valor justo da receita das vendas já contratadas. Dessa forma, a receita é reconhecida continuamente ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária. Essa determinação requer um julgamento significativo por parte da administração. **b) Custo orçado das obras:** Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são revisados periodicamente no decorrer das obras, e o efeito destas revisões nas estimativas afeta o resultado da Companhia e suas controladas, como descrito acima na Nota 2.1.17 (b) Reconhecimento da receita. c) **Provisão para contingências:** A Companhia reconhece provisão para demandas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

3.1. Caixa e equivalente de caixa

	Individual		Consolidado	
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	13.385	5.478	135.808	253.253
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	323.682	385.493	397.987	462.041
Total	337.067	390.971	533.795	715.294

As aplicações financeiras da Companhia são realizadas por meio de fundos de investimento ou em operações realizadas diretamente com instituições financeiras de primeira linha. A Companhia tem por política aplicar seus recursos em fundos ou diretamente, em instrumentos financeiros de natureza conservadora e de alta liquidez. Essas aplicações financeiras têm rendimento atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com remuneração que varia entre 65,21% e 101,6% do CDI, conforme natureza e prazo de cada instrumento. Em 31 de dezembro de 2019, a rentabilidade média bruta nos últimos 12 meses das aplicações financeiras da Companhia foi de 97,60% do CDI.

3.2. Aplicações financeiras

	Individual		Consolidado	
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em letra financeira Tesouro (Títulos Públicos)	117.555	107.810	143.504	118.191
Letras financeiras (Títulos Privados)	42.665	23.587	52.083	25.859
Total	160.220	131.397	195.587	144.050

A Companhia possui fundos de investimentos restritos a empresas do Grupo, administrados por instituições bancárias de primeira linha, que visam assegurar investimentos em instrumentos de perfil conservador, que garantam preservação do capital. Os fundos instituídos possuem o propósito de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), realizando aplicações em títulos de renda fixa, títulos públicos de outras instituições financeiras e fundos de investimentos abertos, que privilegiem liquidez e possibilitem o melhor retorno financeiro dentro dos limites de riscos preestabelecidos.

4. Contas a receber

4.1. Contas a receber operacional

	Individual		Consolidado	
Contas a receber por incorporação de imóveis	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Unidades concluídas	2.668	2.980	235.548	187.513
Unidades não concluídas	-	-	193.923	299.218
Contas a receber por venda de terrenos	-	256	1.200	1.465
(-) Provisão para perdas de contas a receber	-	-	(17.332)	(11.802)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(2.569)	(6.820)
	2.668	3.236	410.770	469.574
Contas a receber por prestação de serviço				
Administração de obra	-	598	-	598
Intermediação imobiliária	-	-	893	3.411
Construção por empreitada	753	11.155	31.277	41.892
Outros serviços	91	-	1.177	729
	844	11.753	33.347	46.630
	3.512	14.989	444.117	516.204
Circulante	3.475	14.969	347.538	394.942
Não circulante	37	20	96.579	121.262

Em decorrência dos critérios de reconhecimento de receita, o saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está integralmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas. Na Nota 17 (a) são apresentados os saldos a receber não reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Companhia efetuou o cálculo a valor presente das contas a receber para unidades não concluídas e contabilizou o montante considerando a taxa média de desconto de 3,8%, conforme apresentado no cupom de NTN-B. As contas a receber de venda de imóveis são atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a averbação do Habite-se. Após a averbação do Habite-se são atualizadas pelo IGPM/IPCA e há incidência de juros de 12% a.a. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018, as contas a receber de incorporação de imóveis e prestação de serviços, que estão classificados no ativo circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
A vencer		
até 90 dias	233.631	200.706
de 91 a 180 dias	27.309	37.772
de 181 a 270 dias	18.160	56.809
de 271 a 360 dias	27.117	41.744
	306.217	337.031
Vencidos		
Até 30 dias	24.539	19.188
De 31 a 60 dias	558	613
De 61 a 90 dias	482	460
De 91 a 120 dias	1.104	3.401
De 121 a 180 dias	658	2.122
Acima de 180 dias	13.980	32.127
	41.321	57.911
	347.538	394.942

Os títulos a vencer classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 possuem o seguinte fluxo de recebimento:

	31/12/2019	31/12/2018
Entre 1 e 2 anos	50.539	78.052
Até 3 anos	29.542	27.586
Até 4 anos	8.001	4.998
Após 4 anos	8.497	10.626
	96.579	121.262

4.2. Outras contas a receber: Em 3 de setembro de 2018, a Companhia vendeu a empresa Lago da Pedra participações S.A. para um fundo de investimento imobiliário pelo valor de R$183.156. O valor a receber por essa venda em 31 de dezembro de 2019 é de R$29.722. Esse valor refere-se à parcela complementar, observados os termos e condições previstos no contrato referente ao ajuste de preço inicial, atualizado pela taxa DI. Em 24 de maio de 2019, a Companhia vendeu todas as quotas da empresa Linha Verde Participações Ltda. para a LMN Empreendimentos e Participações Ltda. pelo valor de R$19.000 que serão pagos em 19 parcelas fixas de R$1.000. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R$11.000. Em 31 de agosto de 2019, a Companhia vendeu 20% das quotas da empresa Alterosa Empreendimentos Imobiliários Ltda. pelo valor R$6.500, quitado no dia 17 de janeiro de 2020. Em 23 de outubro de 2019, a Companhia cindiu a empresa Âmbar Empreendimentos Ltda., e vendeu 100% das quotas da empresa Viseu Empreendimentos Imobiliários Ltda., resultado da cisão, pelo valor de R$4.800. O valor será pago de forma parcelada, sendo uma parcela sinal de R$200, cinco parcelas de R$800 e uma parcela final no valor de R$600. O saldo a receber em 31 de dezembro é de R$3.000. Em 22 de novembro, a Companhia vendeu 24% das quotas da empresa Pedra Branca Empreendimentos Ltda. para Milky Way Participações S.A., pelo valor de R$10.000, quitado no dia 2 de dezembro de 2019.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber por Alienação de cotas	41.222	29.985	52.236	29.998
	41.222	29.985	52.236	29.998
Circulante	11.500	2.000	22.514	2.013
Não circulante	29.722	27.985	29.722	27.985

5. Estoques

	Individual		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Terrenos a incorporar	20.565	412.652	2.386.993	2.417.764
Imóveis concluídos	3.302	-	163.978	194.190
Imóveis em construção	-	868	538.693	301.504
	23.867	413.520	3.089.664	2.913.458
Circulante	3.302	868	1.080.672	823.164
Não circulante	20.565	412.652	2.008.992	2.090.294

5.1. Juros capitalizados: Os juros incorridos referentes aos financiamentos à produção estão contabilizados nas rubricas de "Imóveis em construção" e "Imóveis concluídos" de acordo com o OCPC 01, e estes são apropriados ao resultado em decorrência das vendas. Em 31 de dezembro de 2019 foram capitalizados nas contas de estoques, juros no montante de R$7.153 (R$25.113 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018), ainda permanece capitalizado no estoque o montante de R$19.126 (R$44.250 em 31 de dezembro de 2018), referente às unidades não vendidas. A taxa média utilizada para a capitalização dos juros foi de 7,07% em dezembro de 2019 (8,90% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 não havia financiamento à produção na controladora.

6. Partes relacionadas

6.1. Empresas ligadas

Ativo

	Individual		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos junto a sócios de empreendimentos (a)	6.987	10.119	38.707	49.564
Conta corrente com empreendimentos (b)	32.203	65.804	6.266	22.312
	39.190	75.923	44.973	71.876
Circulante	39.190	75.923	44.973	71.227
Não circulante	-	-	-	649

Passivo

	Individual		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo junto a sócios de empreendimentos (a)	325	325	18.694	18.729
Conta corrente com empreendimentos (b)	14.008	17.419	73	-
	14.333	17.744	18.767	18.729
Circulante	14.333	17.044	18.767	18.729
Não circulante	-	700	-	-

(a) Créditos e passivos juntos a sócios de empreendimentos: A Companhia realiza operações de mútuos com alguns parceiros de empreendimentos, geralmente acionistas não controladores das referidas SPEs. Essas operações se liquidam no encerramento da construção. Tais operações são corrigidas pelo CDI acrescido de spread de até 4,13% a.a. ou pelo IGPM acrescido de spread de até 1% a.m. Essas operações estão garantidas pelo resultado obtido nos empreendimentos, de forma que os direitos de participação no resultado dos sócios estão condicionados à liquidação das operações. (b) Conta corrente com empreendimentos: tais operações são exclusivamente relacionadas ao aporte de recursos para a construção, sobre as quais não incide remuneração. Resultado: A Companhia realiza o fretamento de aeronaves da ALVG Investimentos e Participações Ltda. ("ALVG") para locomoção dos executivos durante a realização das atividades relacionadas aos negócios. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram pagos valores mensais de R$276 referente à locação de aeronaves. A ALVG é uma empresa controlada pelo mesmo grupo de controle da Direcional. A Companhia realizou em 10 de dezembro de 2014 a alienação e locação do imóvel onde instalou sua sede social através de um contrato com vigência de 12 anos, firmado com o Fundo de Investimentos BRL Edifícios Comerciais que adquiriu esse imóvel. Essa operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e realizada a valor de mercado, conforme avaliação efetuada pela CB Richard Ellis (CBRE). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram pagos valores mensais de R$542 (31 de dezembro de 2018 - valores mensais de R$523) referente à locação do imóvel. O referido fundo de investimento é controlado pelo mesmo grupo de controle da Direcional. Durante a avaliação dos contratos de arrendamento para a adoção do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, identificamos que o contrato de locação do imóvel atendia aos requisitos da norma, sendo assim, foi contabilizado o valor da dívida líquida descontada a taxa incremental dos empréstimos da Companhia no imobilizado de direito de uso em contrapartida ao passivo a pagar de arrendamentos. **6.2. Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal:** As tabelas abaixo mostram a remuneração anual total para os administradores e conselheiros (i) aprovada para o exercício de 2019; (ii) realizada no exercício de 2019 e (iii) realizada no exercício de 2018:

	2019			
Aprovada para o exercício de 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria estatutária	Total
Número de membros (*)	7	3	5	15
Remuneração fixa anual (R$)	1.200	180	3.100	4.480
Remuneração variável (R$)	-	-	2.400	2.400
Remuneração baseada em opções de ações (R$)	50	-	2.600	2.650
	1.250	180	8.100	9.530

	2019			
Realizada no exercício de 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria estatutária	Total
Número de membros (*)	7	3	5	15
Remuneração fixa anual (R$)	1.073	138	2.814	4.025
Remuneração variável (R$)	-	-	567	567
Remuneração baseada em opções de ações (R$)	36	-	2.281	2.317
	1.109	138	5.662	6.909

	2018			
Realizada no exercício de 2018	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria estatutária	Total
Número de membros (*)	7	3	4	14
Remuneração fixa anual (R$)	792	130	1.904	2.826
Remuneração baseada em opções de ações (R$)	78	-	2.284	2.362
	870	130	4.188	5.188

(*) O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2019. A Companhia também remunera seus Administradores através de plano de opções de ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 23. A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós-emprego.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 4E3E-0FA4-3406-0BD6.

DIRECIONAL

DIRR3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

7. Investimentos

a) Abaixo a movimentação dos saldos de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2019

Empresas Controladas	Participação	31/12/2018	Dividendos/ amortização	Equivalência patrimonial	Subscrição (redução) de capital/ AFAC	31/12/2019
Jequia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	135.226	-	993	27.054	163.273
Direcional Taguatinga Engenharia Ltda.	100,00%	88.880	(37.210)	27.036	(6.877)	71.829
Canario Engenharia Ltda.	99,90%	60.474	-	(1.021)	(303)	59.150
Bella Moeda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	32.635	-	-	11.742	44.377
Napoli Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	25.244	-	(92)	13.746	38.898
Barreirinha Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	99,90%	36.615	-	(3.963)	5.970	38.622
Azurita Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	30.946	-	(1.479)	7.570	37.037
Tarauaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	36.517	-	326	(3.648)	33.195
Água Marinha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	31.709	-	(2.108)	1.991	31.592
Caieiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	16.375	(1.106)	24.182	(7.894)	31.557
Riacho Branco Empreendimentos Imobiliários Ltda.	95,87%	6.515	-	5.880	14.845	27.240
Xapuri Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	29.008	-	7.359	(9.131)	27.236
Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	31.735	(25.981)	22.757	(2.577)	25.934
Direcional Santo Antônio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	24.364	-	(31)	1.491	25.824
Veneza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	13.437	-	6.029	3.665	23.131
Coral Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	46.136	-	6.970	(31.026)	22.080
Manauara Vii Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100,00%	6.868	-	(29)	13.346	20.185
Alto Santo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	16.396	(3.098)	15.272	(8.407)	20.163
Alcobaça Construções E Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	99,90%	18.727	-	(2)	35	18.760
Riachos Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	21.437	-	(2.408)	(633)	18.396
Jardim Amaralina Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	50,00%	17.365	(8.578)	9.038	(905)	16.920
Outras Controladas	-	666.457	(177.853)	123.482	(18.400)	593.686
Total Controladas:		1.393.066	(253.826)	238.191	11.654	1.389.085
Controladas em Conjunto (Consolidado)	-	64.161	(881)	2.394	(16.789)	48.885
Total Controladora		1.457.227	(254.707)	240.585	(5.135)	1.437.970

Em 18 de julho de 2018, a Direcional Engenharia S.A. divulgou por meio de fato relevante que integralizou o investimento que possuía nas SPEs: Mirante Empreendimentos Imobiliários Ltda., Muqui Empreendimentos Imobiliários Ltda., Directional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda., Geminiano Projeto 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda., Mar Turmalina Empreendimentos Imobiliários Ltda., Lagoa Empreendimentos Imobiliários Ltda., Cajueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda., Colina de Santana Empreendimentos Imobiliários Ltda., Directional Coruripe Empreendimentos Imobiliários Ltda., Arapiraca Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Guarinos Empreendimentos Imobiliários Ltda. ao capital da Lago da Pedra Participações S.A. Em 3 de setembro de 2018 a Direcional vendeu a participação na Lago da Pedra para um Fundo de Investimento Imobiliário (FII). Em setembro de 2018, o investimento na Lago da Pedra foi baixado devido à venda. O custo da venda das empresas acima mencionadas representa um montante de R$368.829.

b) Abaixo a composição dos saldos das controladas e controladas em conjunto de 31/12/2019

		Ativo		Passivo		
Empresas Controladas	Participação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
Jequia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	123.774	75.023	17.060	18.300	163.437
Direcional Taguatinga Engenharia Ltda.	100,00%	76.385	35.189	16.810	22.935	71.829
Canário Engenharia Ltda.	100,00%	129.401	54	1.915	68.331	59.209
Bella Moeda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	-	44.377	-	-	44.377
Napoli Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	38.750	205	18	-	38.937
Barreirinha Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100,00%	39.443	303	467	618	38.661
Azurita Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	36.415	1.837	288	890	37.074
Água Marinha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	18.635	19.635	2.436	731	35.103
Caieiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	42.397	1.435	10.817	1.426	31.589
Direcional Spl Jordão Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	9.895	21.927	344	328	31.150
Riacho Branco Empreendimentos Imobiliários Ltda.	95,87%	65.949	4.481	30.555	12.254	27.621
Xapuri Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	27.240	1.377	1.222	132	27.263
Jardim Amaralina Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	50,00%	59.724	720	27.077	6.617	26.750
Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	28.517	2.713	3.465	1.831	25.934
Direcional Santo Antônio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	596	25.228	-	-	25.824
Qrtz5 Incorporações De Imóveis Spe Ltda.	60,00%	27.462	3.759	6.255	1.367	23.599
Veneza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	23.402	3.052	2.631	669	23.154
Coral Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	22.033	3.589	3.059	461	22.102
Alto Santo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	41.672	26.567	7.930	40.127	20.182
Manauara VII Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100,00%	19.081	646	5	-	19.722
Alcobaça Construções E Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100,00%	20	177.517	-	158.758	18.779
Riachos Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	18.340	80	24	-	18.396
Pedra Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	76,00%	21.068	2.742	2.958	3.177	17.675
Outras controladas	-	884.277	1.693.620	159.592	1.763.495	654.810
Total Controladas		**1.754.476**	**2.146.076**	**294.928**	**2.102.447**	**1.503.177**
Controladas em conjunto		**48.987**	**23.607**	**5.364**	**714**	**66.516**

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, 35,72% e 38,56%, respectivamente, dos ativos da Companhia estão inseridos na estrutura de segregação patrimonial, conforme estabelecido pela Lei nº 10.931/04.

8. Imobilizado

Individual:

	Máquinas e equipamentos	Formas de alumínio	Móveis e utensílios	Veículos	Equipa-mentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Ativos de direito de uso	Outros	Total imobilizado
Taxas de depreciação	10%	(b)	10%	20%	20%	8,33%	(c)	-	-
Custo									
Saldo em 31/12/2018	11.851	98.561	3.400	919	4.146	8.615	-	206	127.698
Adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	39.456	-	39.456
Adições	214	6.047	39	-	1.144	485	7.673	69	15.671
Baixas	-	-	-	(140)	-	-	-	-	(140)
Saldo em 31/12/2019	12.065	104.608	3.439	779	5.290	9.100	47.129	275	182.685
Depreciação									
Saldo em 31/12/2018	(9.231)	(65.049)	(1.665)	(837)	(3.102)	(2.782)	-	(188)	(82.854)
Depreciação do exercício	(1.142)	(16.602)	(294)	(18)	(459)	(827)	(6.838)	(7)	(26.187)
Baixas	-	-	-	140	-	-	-	-	140
Saldo em 31/12/2019	(10.373)	(81.651)	(1.959)	(715)	(3.561)	(3.609)	(6.838)	(195)	(108.901)
Valor contábil									
Em 31/12/2018	2.620	33.512	1.735	82	1.044	5.833	-	18	44.844
Em 31/12/2019	1.692	22.957	1.480	64	1.729	5.491	40.291	80	73.784

Consolidado:

	Máquinas e equipamentos	Formas de alumínio	Móveis e utensílios	Veículos	Equipa-mentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Estande de vendas	Ativos de direito de uso	Outros	Total imobilizado
Taxas de depreciação	10%	(b)	10%	20%	20%	8%	(a)	(c)	-	
Custo										
Saldo em 31/12/2018	23.695	98.560	7.505	2.710	8.166	8.614	57.177	-	1.275	207.702
Adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	39.980	-	39.980
Adições	262	7.416	248	-	1.913	555	12.978	7.814	71	31.257
Baixas	-	-	-	(252)	-	-	-	-	-	(252)
Saldo em 31/12/2019	23.957	105.976	7.753	2.458	10.079	9.169	70.155	47.794	1.346	278.687
Depreciação										
Saldo em 31/12/2018	(17.199)	(65.050)	(4.236)	(2.586)	(6.285)	(2.782)	(42.162)	-	(1.130)	(141.430)
Depreciação do exercício	(2.044)	(16.602)	(691)	(30)	(799)	(835)	(7.334)	(7.157)	(45)	(35.537)
Baixas	-	-	-	252	-	-	-	-	-	252
Saldo em 31/12/2019	(19.243)	(81.652)	(4.927)	(2.364)	(7.084)	(3.617)	(49.496)	(7.157)	(1.175)	(176.715)
Valor contábil										
Em 31/12/2018	6.496	33.510	3.269	124	1.881	5.832	15.015	-	145	66.272
Em 31/12/2019	4.714	24.324	2.826	94	2.995	5.552	20.659	40.637	171	101.972

(a) Os estandes de vendas são depreciados de acordo com o fluxo estimado de venda de cada empreendimento, baixado ou por desativação deste. (b) Para a depreciação das formas de alumínio utilizadas no processo construtivo das unidades, a Companhia utiliza o método de depreciação por unidade produzida que resulta em despesa baseada na produção realizada. (c) Os ativos de direito de uso são depreciados de forma linear de acordo com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso da Companhia é composto por imóveis, veículos e máquinas e equipamentos. O ativo arrendado de maior relevância é a sede administrativa da Companhia. A Companhia e suas controladas possuem 39 contratos de arrendamento mercantil financeiro, relativos a máquinas, equipamentos e veículos. O valor contábil do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2019 foi de R$105.976 (R$98.560 em 31 de dezembro de 2018). Ocorreram adições de imobilizado no período de itens cujo compromisso está vinculado à alienação fiduciária, no montante de R$7.416, que são garantidos pelos próprios objetos dos contratos.

9. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

9.1. Empréstimos e financiamentos

	Individual		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Financiamento à construção	-	-	44.230	169.496
FINAME e leasing financeiro de equipamentos	15.248	16.487	16.630	16.486
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	767.466	705.725	767.466	705.725
Cédula de Crédito Bancário	-	98.166	2.742	105.885
Total geral	782.714	820.378	831.068	997.592
Circulante	192.813	369.814	212.514	448.666
Não circulante	589.901	450.564	618.554	548.926

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são divididos em cinco principais modalidades, a saber: Financiamento à construção: Essa modalidade de empréstimo tem por objetivo financiar os empreendimentos durante seu período de construção. As taxas de juros aplicáveis a esses empréstimos variam, conforme a operação, entre 8,3% e 9,75% ao ano, com correção pela TR. Somente com o Banco ABC é que temos a taxa corrigida pelo CDI + 1,95% ao ano. Essas operações são garantidas por hipotecas dos imóveis dos respectivos empreendimentos. Leasing: Essa modalidade de empréstimos tem por finalidade financiar investimentos em máquinas e equipamentos. As taxas de juros aplicáveis a esses empréstimos são, conforme a operação, juros variáveis com margens sobre o CDI de 1,49% a 3,43% ao ano. Estas operações são garantidas pelas próprias máquinas e equipamentos adquiridos com os empréstimos. Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI: *107ª Série*: consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A remuneração dos CRIs, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRIs desde a data de emissão dos CRIs, é composta por juros remuneratórios 0,80% ao ano mais à variação acumulada da Taxa DI. Não foram constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRIs, os quais não contarão também com garantia flutuante da Emissora. *175ª Série*: consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A remuneração dos CRIs, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRIs desde a data de emissão dos CRIs, é composta por juros remuneratórios 5% ao ano mais IPCA. Não foram constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRIs, os quais não contarão também com garantia flutuante da Emissora. *193ª Série*: consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A remuneração dos CRIs, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRIs desde a data de emissão dos CRIs, é composta por juros remuneratórios 104,00% da variação acumulada da Taxa DI. Não foram constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRIs, os quais não contarão também com garantia flutuante da Emissora. Cédula de Crédito Bancário Empresário: CCB Plano Empresário Final emitida junto ao Banco ABC no valor de R$2.660 (dois milhões seiscentos e sessenta mil). A taxa de juros praticada nessa modalidade 2,00% a.a. acrescidos da Taxa CDI, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"). A parcela não circulante dos empréstimos em 31/12/2019 tem os seguintes vencimentos:

	31/12/2019	
Período	Individual	Consolidado
Jan/2021 a dez/2021	154.137	159.088
Jan/2022 a dez/2022	62.896	76.704
Jan/2023 a dez/2023	145.042	154.418
A partir de jan/2024	227.826	228.344
	589.901	618.554

9.2. Financiamentos por arrendamento: A Companhia possui arrendamentos de imóveis e veículos. O prazo dos arrendamentos de imóveis varia entre 1 e 8 anos, e o de veículos tem prazo de 1 ano. Os principais arrendamentos da companhia são o prédio onde ela estabelece sua sede, imóveis para as sedes regionais e os veículos que compõem sua frota. Abaixo a composição do arrendamento:

	31/12/2019	
	Individual	Consolidado
Adoção inicial	39.456	39.980
Adições	6.123	6.212
Pagamentos principal	(8.099)	(8.380)
Pagamento juros	(198)	(205)
Correção	1.550	1.567
AVP (juros apropriados)	2.727	2.759
Saldo em 31/12/2019	41.559	41.933
Curto prazo	8.194	8.468
Longo prazo	33.365	33.465

Abaixo a composição do saldo de arrendamento por período de vencimento das parcelas:

	31/12/2019	
	Individual	Consolidado
Vencimento até 1 ano	8.194	8.468
Vencimento entre 1 e 2 anos	7.024	7.123
Vencimento entre 2 e 3 anos	6.213	6.214
Vencimento acima de 3 anos	20.128	20.128
	41.559	41.933

Na tabela abaixo demonstramos os efeitos da inflação projetada no saldo dos contratos de arrendamento:

Consolidado Vencimento no:	Contraprestação (sem inflação futura)	Contraprestação (com inflação futura)	Inflação não incorporada nas Contratações
1º ano	8.468	8.761	293
2º ano	7.123	7.386	263
3º ano	6.214	6.446	232
4º ano	5.540	5.751	211
5º ano	4.939	5.130	191
6º ano	4.618	4.798	180
7º ano	4.335	4.503	168
8º ano	696	723	27
	41.933	43.498	1.565

10. Obrigações trabalhistas

Composição do saldo de obrigações trabalhistas:

	Individual		Consolidado	
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários e retiradas a pagar	1.806	2.668	5.600	5.934
Encargos trabalhistas e previdenciários	1.476	1.296	4.978	4.603
Provisões trabalhistas	8.725	5.402	18.611	14.234
Outros	764	741	1.451	1.412
	12.771	10.107	30.640	26.183

11. Obrigações tributárias

Os saldos abaixo são compostos pela provisão dos impostos correntes cujo fato gerador é a realização do contas a receber, e também pela provisão dos impostos diferidos que ocorre pelo reconhecimento da receita pelo método POC no qual o recebimento do contas a receber está diferido ao longo do fluxo de cada contrato:

	Individual		Consolidado	
Impostos correntes	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS	19	38	38	44
COFINS	108	197	196	221
Regime especial de tributação	46	83	5.870	5.318
IRPJ	3	4	1.580	977
CSLL	2	3	641	498
Outros	328	304	2.408	2.475
	506	629	10.733	9.533
Impostos diferidos				
PIS	4	10	1.606	1.707
COFINS	21	49	7.185	7.780
AVP	-	-	(110)	(318)
IRPJ	15	35	5.342	5.734
CSLL	8	18	2.800	3.001
Outros	-	-	(664)	(392)
	48	112	16.159	17.512
	554	741	26.892	27.045
Circulante	514	741	22.968	23.305
Não circulante	40	-	3.924	3.740

12. Credores por imóveis compromissados

Demonstra as contas a pagar decorrentes da aquisição de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo os próprios terrenos parte da garantia. Esses contratos são corrigidos pelo INCC.

	31/12/2018	(+) aquisições	(-) pagamentos	(+/-) revisões	(+/-) transferência para SPEs	31/12/2019
Individual	412.752	49.454	-	(176.129)	(265.850)	20.227
Circulante	-					-
Não circulante	412.752					20.227

	31/12/2018	(+) aquisições	(-) pagamentos	(+/-) revisões	(+/-) transferência para SPEs	31/12/2019
Consolidado	1.559.339	573.212	(150.008)	(193.131)	(56.209)	1.733.203
Circulante	92.367					94.094
Não circulante	1.466.972					1.639.109

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Aging list:		
Até 1 ano	94.094	92.367
Entre 1 e 2 anos	857.733	944.237
Entre 2 e 3 anos	501.386	333.723
Entre 3 e 4 anos	135.784	60.464
Após 4 anos	144.206	128.548
	1.733.203	1.559.339

13. Adiantamento de clientes

Individual	31/12/2018	(+) Aquisições/ recebimentos	(-) Amortizações	(-) Cancelamentos	31/12/2019
Adiantamento por recebimento (ii)	-	24.203	(4.950)	-	19.253
Total adiantamentos	-	24.203	(4.950)	-	19.253
Circulante	-				19.253
Não circulante	-				-

Consolidado

	31/12/2018	(+) Aquisições/ recebimentos	(-) Amortizações	(-) Cancelamentos	31/12/2019
Adiantamento por permuta física de terreno (i)	395.117	8.849	(6.593)	(25.086)	372.287
Adiantamento por recebimento (ii)	14.706	51.635	(32.722)	-	33.619
Total adiantamentos	409.823	60.484	(39.315)	(25.086)	405.906
Circulante	12.913				37.745
Não circulante	396.910				368.161

(i) Compromisso de entrega de unidades prontas e acabadas de empreendimentos imobiliários, decorrentes das aquisições de terrenos por meio de permuta que consiste na troca do terreno por unidades a construir; (ii) Adiantamentos recebidos de clientes decorrentes de vendas de unidades imobiliárias.

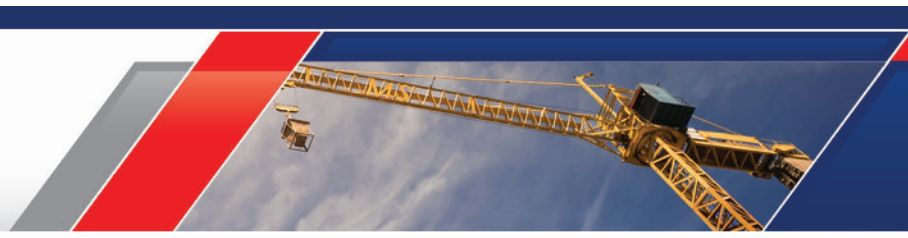
14. Outras contas a pagar

	Individual		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Débitos com clientes	4.929	1.390	7.096	6.221
Débitos com parceiros (a)	-	-	26.920	26.920
Contas a pagar por aquisições de participações societárias (b)	19.254	37.533	19.254	37.533
Passivo a descoberto (c)	16.764	28.314	-	3
Outros	1.598	1.265	9.148	10.466
Total	42.545	68.502	62.418	81.143
Circulante	25.141	68.502	19.015	55.143
Não circulante	17.404	-	43.403	26.000

(a) Em 20 de abril de 2011, a Companhia realizou acordo comercial com investidor para desenvolvimento de projetos que serão realizados em quatro terrenos localizados no Distrito Federal, em troca de R$44.300 recebidos em dinheiro sobre o qual não incide qualquer remuneração. Em dezembro 2012, foi viabilizado o projeto de um dos terrenos envolvidos no acordo comercial, o montante de R$10.380 foi capitalizado na SPE Direcional Turquesa Empreendimentos Imobiliários, responsável pela incorporação, construção e vendas do empreendimento a ser construído. Em abril de 2014 foi capitalizado R$7.000 na SPE Ouro Branco Empreendimentos Imobiliários Ltda., responsável pela construção e vendas do segundo empreendimento a ser construído. (b) Está representado nessa rubrica o saldo de contas a pagar pela aquisição de participação societária em empresas em que o grupo mantém investimentos. (c) Está representado nessa rubrica o saldo de investimentos em controladas ou controladas em conjunto que estão com patrimônio líquido negativo.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 9AD6-55DD-C953-64F1.

DIRECIONAL



DIRR3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

15. Provisões

15.1. Provisão para garantia

	Individual	Consolidado
Saldo 31/12/2018	7.797	30.261
(+) Provisões	**3.197**	**32.793**
(-) Pagamentos	**(5.066)**	**(26.955)**
Saldo 31/12/2019	**5.928**	**36.099**

	Individual		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	**3.997**	7.329	**20.752**	10.959
Não circulante	**1.931**	468	**15.347**	19.302
	5.928	7.797	**36.099**	30.261

A Companhia constitui provisões para gastos com as garantias durante o período de construção, apenas para unidades já comercializadas, de forma que eventuais custos incorridos com manutenção, após a entrega das chaves das unidades imobiliárias, serão deduzidos da provisão constituída. As constituições das provisões para garantia de obra estão fundamentadas nas avaliações das saídas históricas de caixa, referentes a gastos com manutenções, que representam do custo orçado de cada empreendimento em média para as obras de incorporação 1,99% e para as obras de serviços 1,24% em dezembro de 2019. **15.2. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**

	Individual			
	Tributário	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	1.818	935	2.753
Provisões	**-**	**1.313**	**561**	**1.874**
Reversões	**-**	**(822)**	**(547)**	**(1.369)**
Pagamentos	**-**	**(535)**	**(395)**	**(930)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**1.774**	**554**	**2.328**

	Consolidado			
	Tributário	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	81	10.668	20.559	31.308
Provisões	**93**	**8.172**	**11.099**	**19.364**
Reversões	**(68)**	**(1.780)**	**(4.059)**	**(5.907)**
Pagamentos	**-**	**(3.908)**	**(7.110)**	**(11.018)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**106**	**13.152**	**20.489**	**33.747**

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível. Em 31 de dezembro de 2019, os valores são: de trabalhista R$25.908, tributário R$9.418 e cível R$130.828. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para eventualmente fazer face ao eventual desfecho desfavorável destes.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social: O capital social da Companhia é de R$752.982, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.398.749 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 147.925.010 em circulação e 5.473.739 em tesouraria. O capital autorizado na data da divulgação de nossas demonstrações financeiras é de R$1.200.000. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram cedidas 930.970 ações que estavam em tesouraria no âmbito dos Programas I e II de Matching de Ações e Programa 1 de Opções de Ações.

	Quantidade de ações	Ações em tesouraria	Total
31 de dezembro de 2017	146.437.554	6.961.195	153.398.749
Ações em tesouraria cedidas	556.486	(556.486)	-
31 de dezembro de 2018	146.994.040	6.404.709	153.398.749
Ações em tesouraria cedidas	**930.970**	**(930.970)**	**-**
31 de dezembro de 2019	**147.925.010**	**5.473.739**	**153.398.749**

16.2. Ações em tesouraria: O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações de emissão da própria Companhia entre os anos de 2011 e 2015, objetivando a manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, com o fim de maximizar valor para os acionistas. Foi adquirido o total de 8.794.405 ações, com desembolso de R$59.421, ao preço médio de R$6,76 por ação. **16.3. Reservas de capital:** 16.3.1. Reserva de capital por outorga de opções de compra de ações: Conforme divulgado na Nota 23, a Companhia reconhece na referida rubrica os serviços recebidos em contrapartida da outorga de opções de compra de ações. Concomitantemente ao exercício das opções de ações, a reserva é transferida para lucros retidos. **16.4. Reserva de lucro:** 16.4.1. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2019 foi constituído R$5.025 a título de reserva legal. 16.4.2. Reserva de retenção de lucros: Constituída principalmente para a manutenção da capacidade de investimentos da Companhia e a execução de obras em curso. Adicionalmente, a Assembleia Geral Ordinária deliberará a respeito da destinação do montante excedente de reservas de lucros em relação ao total do capital social, nos termos descritos no artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 11.638/2007). 16.4.3. Distribuição de dividendos: Aos detentores de ações ordinárias é assegurado um dividendo mínimo e obrigatório de 25%, calculado com base no lucro líquido ajustado pelas variações patrimoniais das reservas, conforme legislação societária vigente. Em 4 de setembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos intermediários à conta de reserva de lucros, conforme demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R$90.000, correspondendo a R$0,6122890 por ação (desconsiderando as ações mantidas pela Companhia em tesouraria). Os dividendos foram pagos no dia 11 de outubro de 2018, sem atualização monetária ou juros. Fizeram jus ao recebimento de dividendos os acionistas detentores de ações da Companhia na data-base de 1º de outubro de 2018. Em 11 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta de "Reserva de lucros", conforme demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$56.068, correspondendo a R$0,38 por ação (desconsiderando as ações mantidas pela Companhia em tesouraria). Os dividendos foram pagos no dia 25 de março de 2019, sem atualização monetária ou juros. Fizeram jus ao recebimento de dividendos os acionistas detentores de ações da Companhia na data-base de 14 de março de 2019. Em 9 de outubro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta de "Reserva de lucros", conforme demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$73.901, correspondendo a R$0,50 por ação (desconsiderando as ações mantidas pela Companhia em tesouraria). Os dividendos foram pagos no dia 23 de outubro de 2019, sem atualização monetária ou juros. Fizeram jus ao recebimento de dividendos os acionistas detentores de ações da Companhia na data-base de 14 de outubro de 2019. **16.5. Lucro (prejuízo) por ação:** Os cálculos de lucro / prejuízo por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) do exercício	**100.476**	(77.495)
Média ponderada do número de ações	**147.592.544**	146.836.517
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação - R$	**0,68**	(0,53)
Média ponderada do número de ações (diluída)	**149.001.970**	148.245.943
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação - R$	**0,67**	(0,52)

16.6. Participações não controladores: No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as variações no patrimônio líquido das controladas geraram uma redução de R$18.508 no patrimônio líquido dos não controladores. No mesmo período, a participação dos acionistas não controladores no resultado foi de R$20.340. As aquisições de participações junto aos acionistas não controladores geraram uma redução de R$58 registrada diretamente no patrimônio líquido da controladora.

17. Receita líquida

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas	**1.178**	1.270	**1.352.267**	1.060.570
Receita bruta de serviços	**140.781**	71.058	**188.813**	180.543
Receita bruta total	**141.959**	72.328	**1.541.080**	1.241.113
Ajuste a valor presente	**-**	-	**4.251**	(1.873)
Impostos incidentes sobre vendas	**(4.294)**	(2.814)	**(36.353)**	(25.662)
Vendas canceladas	**(1.652)**	(3.874)	**(50.750)**	(47.530)
Receita operacional líquida	**136.013**	65.640	**1.458.228**	1.166.048

Os impostos incidentes sobre as vendas e serviços consistem no Programa de Integração Social - (PIS) e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sendo (1,65% e 7,6%) para as receitas auferidas sob o regime da não cumulatividade, (0,65% e 3%) para as receitas auferidas sob o regime da cumulatividade, (0,37% e 1,71%) para as receitas auferidas sob o regime de tributação especial aplicado as construtoras e incorporadoras, e (0,09% e 0,44%) para as receitas vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para unidades até R$100. A Companhia reconheceu também como receita bruta do exercício referente aos empreendimentos em construção o montante de R$6.593 em 31 de dezembro de 2019 e R$8.987 em 31 de dezembro de 2018 referentes à apropriação de permutas por unidades a construir por terrenos. a) Resultado a apropriar: Os custos orçados a incorrer das unidades vendidas em construção e a receita de vendas de imóveis a apropriar, oriundos dos empreendimentos em andamento, não refletidos nas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

I) Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas	**1.304.197**
Empreendimentos em Construção	
a) Receita de Vendas Contratadas	**3.320.094**
b) Receita de Vendas Apropriadas Líquidas	**2.015.897**
Receitas de Vendas Apropriadas	2.119.563
Distratos - Receitas estornadas	(103.666)
II) Receitas de Indenizações por distratos	**3.105**
III) Custo Orçado a Apropriar de unidades Vendidas	**866.668**
Empreendimentos em Construção	
a) Custo Orçado das unidades (Sem Encargos Financeiros)	**2.122.137**
b) Custo de Construção Incorrido	**1.324.034**
Encargos Financeiros Apropriados	**5.798**
c) Distratos - Custo de Construção	**(73.992)**
Distratos - Encargos Financeiros	**(371)**
Custo orçado a Apropriar no Resultado (sem encargos financeiros) (a - b - c)	**872.095**
Drive CI/CO (sem encargos financeiros)	**58,90%**
IV) Custo Orçado a Apropriar em Estoque	**1.048.459**
Empreendimentos em Construção	
a) Custo Orçado das unidades (Sem Encargos Financeiros)	**1.587.152**
b) Custo de Construção Incorrido	**537.858**
Encargos Financeiros Apropriados	**835**
Unidades Vendidas	27.480

b) Resultado apropriado

	01/01/2019 a 31/12/2019		01/01/2018 a 31/12/2018	
Resultado apropriado de	Receitas de unidades vendidas	(-) custo das unidades vendidas	Receitas de unidades vendidas	(-) custo das unidades vendidas
Individual				
Serviços	**134.937**	**(108.890)**	64.370	(49.759)
Incorporação - imóveis concluídos	**1.076**	**(77)**	1.270	(860)
Total Individual	**136.013**	**(108.967)**	65.640	(50.619)
Controladas				
Serviços	**44.420**	**(56.808)**	107.088	(108.725)
Incorporação - imóveis concluídos	**433.733**	**(296.943)**	73.952	(106.947)
Incorporação - imóveis em construção	**844.062**	**(504.394)**	919.368	(582.934)
Total Controladas	**1.322.215**	**(858.145)**	1.100.408	(798.606)
Total Consolidado	**1.458.228**	**(967.112)**	1.166.048	(849.225)

18. Custos e despesas por natureza

	Individual		Consolidado	
Descrição	2019	2018	2019	2018
Matéria-prima, e materiais de uso e consumo	**(90.357)**	(42.683)	**(778.925)**	(665.447)
Despesas com pessoal	**(75.502)**	(61.080)	**(216.982)**	(184.013)
Juros capitalizados	**-**	-	**(11.321)**	(24.679)
Depreciação e amortização	**(15.253)**	(4.434)	**(35.872)**	(20.135)
Serviços de terceiros	**(9.153)**	(9.162)	**(15.794)**	(13.915)
Energia elétrica, água e telefone	**(2.691)**	(2.004)	**(4.800)**	(2.823)
Despesas gerais com vendas	**(560)**	(2.187)	**(50.950)**	(40.696)
Comissão de vendas	**(4.384)**	189	**(87.063)**	(74.457)
Outras despesas	**(19.023)**	(21.614)	**(24.017)**	(28.407)
	(216.923)	(142.975)	**(1.225.724)**	(1.054.572)
Classificados como				
Custos dos imóveis vendidos	**(1.756)**	(1.269)	**(803.092)**	(691.150)
Custos de serviços prestados	**(107.211)**	(49.350)	**(164.020)**	(158.075)
Despesas comerciais	**(6.130)**	(2.253)	**(146.206)**	(105.046)
Despesas gerais e administrativas	**(101.826)**	(90.103)	**(112.406)**	(100.301)
	(216.923)	(142.975)	**(1.225.724)**	(1.054.572)

19. Outras receitas e despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outras (despesas) receitas				
Venda de investimentos (a)	**32.689**	255.767	**51.689**	269.281
Despesas com projetos descontinuados	**(279)**	(2.993)	**(362)**	(13.745)
Custo dos investimentos vendidos	**(31.795)**	(340.840)	**(53.252)**	(368.829)
Outras (despesas) receitas	**(17.899)**	(10.266)	**(39.956)**	(26.661)
	(17.284)	(98.332)	**(41.881)**	(139.954)

(a) Em 3 de setembro de 2018 a Companhia comunicou ao mercado por meio de fato relevante a venda de sua participação acionaria detida na Lago da Pedra S.A., para o MAC Fundo de Investimentos Imobiliários, o preço total da transação foi R$183.156 (cento e oitenta e três milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), sendo que o valor de R$155.608 (cento e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oito mil reais) foi recebido à vista e o montante de R$27.985 (vinte e sete milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais) está registrada no contas a receber da companhia e está sendo corrigido a partir dessa data pela taxa DI. A Companhia também realizou a alienação da totalidade das quotas das SPEs, Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. para a Lago da Pedra S.A. por R$72.611 (setenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais) e Guarinos Empreendimentos Imobiliários Ltda. pelo valor de R$13.514 (treze milhões, quinhentos e quatorze mil reais). Em 2019 a Companhia vendeu participações em sociedades, total ou parcial, conforme abaixo demonstrado: • 24% da empresa Pedra Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda. por R$10.000; • 20% da empresa Alterosa Empreendimentos Imobiliários Ltda. por R$6.500; • 100% da empresa Viseu Empreendimentos Imobiliários Ltda. por R$4.800; • Participação no Shopping Plaza Macaé por R$11.390 e • 100% da empresa Linha Verde Participações Ltda. R$19.000.

20. Resultado financeiro

Os saldos abaixo representam os rendimentos líquidos da Companhia oriundos das aplicações, e cobrança de juros decorrentes de contratos, apresenta também os custos financeiros decorrentes de algumas linhas de créditos utilizados pela Companhia e os custos financeiros de manutenção de conta junto às instituições financeiras.

	Individual		Consolidado	
Receitas financeiras	2019	2018	2019	2018
Rendimento de aplicações financeiras	**28.175**	23.038	**35.312**	31.288
Atualização monetária e juros contratuais	**3.289**	3.825	**5.629**	7.059
	31.464	26.863	**40.941**	38.347
Despesas financeiras				
Despesas com juros	**(70.133)**	(50.015)	**(73.066)**	(52.669)
Despesas bancárias	**(2.624)**	(1.696)	**(7.090)**	(6.189)
	(72.757)	(51.711)	**(80.156)**	(58.858)
Resultado financeiro líquido	**(41.293)**	(24.848)	**(39.215)**	(20.511)

21. Imposto de renda e contribuição social

	Individual		Consolidado	
	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**101.098**	(77.190)	**153.802**	(51.328)
IRPJ e CSLL a alíquota de 34%	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa estimada com IRPJ e CSLL	**34.373**	(26.245)	**52.293**	(17.452)
Empresas tributadas pelo Lucro Real				
Adições e exclusões	**(9.755)**	21.098	**-**	-
Adição (exclusão) equivalência patrimonial	**(240.585)**	(123.325)	**-**	-
Base de tributação	**(149.242)**	(179.417)	**-**	-
Empresas tributadas pelo Lucro Presumido				
Base de tributação	**(473)**	29	**128.046**	122.382
Alíquotas aplicáveis ao Lucro Presumido	**2,28%**	2,28%	**2,28%**	2,28%
Despesa com imposto	**-**	1	**2.946**	2.544
Despesa com imposto diferido	**(11)**	-	**(26)**	246
Empresas tributadas pelo RET (1%)				
Base de tributação	**134.749**	64.675	**668.414**	622.857
Alíquotas aplicáveis ao Regime Especial de Tributação	**0,47%**	0,47%	**0,47%**	0,47%
Despesa com imposto	**772**	263	**3.386**	2.889
Despesa com imposto diferido	**(139)**	41	**(245)**	39
Empresas tributadas pelo RET (4%)				
Base de tributação	**-**	-	**1.402.323**	879.709
Alíquotas aplicáveis ao Regime Especial De Tributação	**1,92%**	1,92%	**1,92%**	1,92%
Despesa com imposto	**-**	-	**27.450**	20.653
Despesa com imposto diferido	**-**	-	**(525)**	(3.763)
Despesa com IRPJ e CSLL do período	**622**	305	**32.986**	22.608
Alíquota efetiva	**0,62%**	-0,40%	**21,45%**	-44,05%

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 demonstra a diferença temporal entre o regime de caixa utilizado pelas SCPs e SPEs, tributadas pelo Lucro Presumido e RET (Regime Especial de Tributação), e a provisão de imposto sobre o saldo de contas a receber. A Companhia (controladora) possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e imposto de renda, sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros devido à sua característica de *holding*. Devido ao regime de tributação das SCPs e SPEs (Lucro Presumido ou RET), elas não apresentam diferenças temporárias.

22. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os instrumentos financeiros usualmente contratados pela Direcional e suas controladas são aqueles registrados nas rubricas de "Caixa e equivalentes de caixa" e os financiamentos, para construção dos empreendimentos imobiliários e para a aquisição de máquinas e equipamentos. Risco de taxas de juros: A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, substancialmente à taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras contratadas em reais, juros sobre empréstimos contratados junto ao Sistema Financeiro de Habitação atrelados à TR, juros sobre empréstimos para aquisição de máquinas e equipamentos contratados junto ao BNDES (FINAME) atrelados à TJLP e TJ462 e juros de empréstimos de Capital de Giro, Leasing, Debêntures e CRI atrelados ao CDI. Risco de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, buscando manter um nível de disponibilidades suficiente para atender às suas necessidades. A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros:

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de dezembro 2019					
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	**212.514**	**159.088**	**76.704**	**382.762**	**831.068**
Fornecedores	**51.601**	**13.098**	**-**	**-**	**64.699**
Partes relacionadas (Nota 6.1)	**18.767**	**-**	**-**	**-**	**18.767**
Credores por imóveis compromissados (Nota 12)	**94.094**	**857.733**	**501.386**	**279.990**	**1.733.203**
Adiantamento por recebimento (Nota 13)	**33.619**	**-**	**-**	**-**	**33.619**

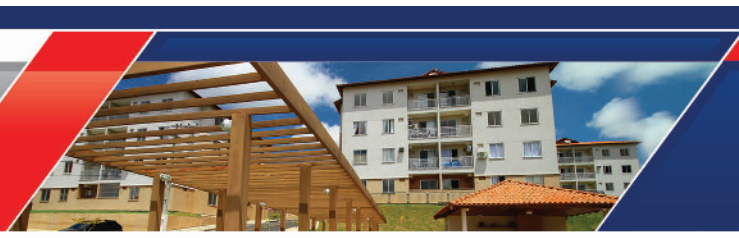
Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 31 de dezembro de 2019, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. As contas a receber de clientes são garantidas pelos próprios imóveis, sendo que a posse sobre o imóvel é transferida somente após sua quitação. Valor justo dos instrumentos financeiros por categoria: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A hierarquia dos ativos e passivos a valor justo da Companhia e suas controladas está divulgada abaixo:

		Individual		Consolidado	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros					
Custo amortizado		**14.879**	27.176	**455.648**	528.992
Contas a receber	4.1	**3.512**	14.989	**444.117**	516.204
Outras contas a receber	-	**11.367**	12.187	**11.531**	12.788
Valor justo pelo resultado (*)		**538.509**	552.353	**781.618**	889.342
Caixa e bancos	3.1	**13.385**	5.478	**135.808**	253.253
Equivalente de caixa	3.1	**323.682**	385.493	**397.987**	462.041
Aplicações financeiras	3.2	**160.220**	131.397	**195.587**	144.050
Contas a receber por alienação de investimentos	4.2	**41.222**	29.985	**52.236**	29.998
Total dos ativos financeiros		**553.388**	579.529	**1.237.266**	1.418.334
Passivos financeiros					
Custo amortizado		**889.042**	1.330.636	**2.743.774**	2.748.349
Credores por imóveis compromissados	12	**20.227**	412.752	**1.733.203**	1.559.339
Adiantamento por recebimento	13	**19.253**	-	**33.619**	14.706
Empréstimos e financiamentos	9	**782.714**	820.378	**831.068**	997.592
Fornecedores	-	**9.970**	11.260	**64.699**	76.840
Partes relacionadas	6.1	**14.333**	17.744	**18.767**	18.729
Outras contas a pagar	14	**42.545**	68.502	**62.418**	81.143
Passivos financeiros		**889.042**	1.330.636	**2.743.774**	2.748.349

(*) Ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo pelo resultado com mensuração de Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 3EC7-7188-53D8-34B4.

DIRECIONAL



DIRR3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Valor justo dos instrumentos financeiros: Em 31/12/2019 o valor justo dos instrumentos financeiros está demonstrado conforme tabela abaixo:

	Individual			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Diferença	Valor contábil	Valor justo	Diferença
Ativos financeiros						
Custo amortizado	14.879	14.879	-	455.648	455.648	-
Contas a receber	3.512	3.512	-	444.117	444.117	-
Outras contas a receber	11.367	11.367	-	11.531	11.531	-
Valor justo por meio de resultado	538.509	538.509	-	781.618	781.618	-
Caixa e bancos	13.385	13.385	-	135.808	135.808	-
Equivalente de caixa	323.682	323.682	-	397.987	397.987	-
Aplicações financeiras	160.220	160.220	-	195.587	195.587	-
Contas a receber por alienação de investimentos	41.222	41.222	-	52.236	52.236	-
Total dos ativos financeiros	553.388	553.388	-	1.237.266	1.237.266	-
Passivos financeiros						
Custo amortizado	889.042	889.042	-	2.743.774	2.743.774	-
Credores por imóveis compromissados	20.227	20.227	-	1.733.203	1.733.203	-
Adiantamento por recebimento	19.253	19.253	-	33.619	33.619	-
Empréstimos e financiamentos	782.714	782.714	-	831.068	831.068	-
Fornecedores	9.970	9.970	-	64.699	64.699	-
Partes relacionadas	14.333	14.333	-	18.767	18.767	-
Outras contas a pagar	42.545	42.545	-	62.418	62.418	-
Passivos financeiros	889.042	889.042	-	2.743.774	2.743.774	-

Em 31/12/2018 o valor justo dos instrumentos financeiros está demonstrado conforme tabela abaixo:

	Individual			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Diferença	Valor contábil	Valor justo	Diferença
Ativos financeiros						
Custo amortizado	27.176	27.176	-	528.992	528.992	-
Contas a receber	14.989	14.989	-	516.204	516.204	-
Outras contas a receber	12.187	12.187	-	12.788	12.788	-
Valor justo por meio de resultado	552.353	552.353	-	889.342	889.342	-
Caixa e bancos	5.478	5.478	-	253.253	253.253	-
Equivalente de caixa	385.493	385.493	-	462.041	462.041	-
Aplicações financeiras	131.397	131.397	-	144.050	144.050	-
Contas a receber por alienação de investimentos	29.985	29.985	-	29.998	29.998	-
Total dos ativos financeiros	579.529	579.529	-	1.418.334	1.418.334	-
Passivos financeiros						
Custo amortizado	1.330.636	1.330.636	-	2.748.349	2.748.349	-
Credores por imóveis compromissados	412.752	412.752	-	1.559.339	1.559.339	-
Adiantamento por recebimento	-	-	-	14.706	14.706	-
Empréstimos e financiamentos	820.378	820.378	-	997.592	997.592	-
Fornecedores	11.260	11.260	-	76.840	76.840	-
Partes relacionadas	17.744	17.744	-	18.729	18.729	-
Outras contas a pagar	68.502	68.502	-	81.143	81.143	-
Passivos financeiros	1.330.636	1.330.636	-	2.748.349	2.748.349	-

Análise de sensibilidade: A Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado originado por instrumentos financeiros e considerados relevantes pela Administração, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício. A exposição se dá apenas com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanto a receita financeira decorrente das aplicações financeiras quanto à despesa financeira decorrente dos empréstimos. Portanto, os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas estão livres de risco relevantes já que eles são remunerados à taxa do CDI e os empréstimos e financiamentos são atrelados à variação da TR acrescida de *spread* fixo, no caso de financiamento à produção (SFH), atrelados à variação do CDI acrescida de *spread* fixo, no caso do Leasing, CRI e Debêntures, atrelados à variação da TJLP e TJ462 acrescida de spread fixo, no caso de financiamento para aquisição de equipamentos via BNDES (FINAME) e atrelados ao CDI para os casos de empréstimos de capital de giro. Para fazer a análise de sensibilidade, a Companhia se baseou em projeções do mercado financeiro para o ano de 2019, considerando Cenário I, Cenário II, e Cenário III. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco. O impacto positivo ou negativo está demonstrado a seguir:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (%)	4,00%	5,00%	6,00%

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	Redução do CDI	1.631	2.039	2.447
Receitas financeiras adicionais em se confirmando o cenário		-	408	816

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA (%)	3,50%	4,38%	5,25%

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA	Redução do IPCA	(31.736)	(39.670)	(47.604)
Aumento nas despesas financeiras em se confirmando o cenário		-	(7.934)	(15.868)

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
INCC (%)	4,20%	5,25%	6,30%

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
INCC	Redução do INCC	(22.324)	(27.905)	(33.487)
Aumento nas despesas financeiras em se confirmando o cenário		-	(5.581)	(11.163)

Gerenciamento de riscos do negócio: *Sistema de controle de risco:* Para conseguir administrar de forma eficiente seu risco, a Companhia exerce o controle operacional de todos os empreendimentos em andamento. No modelo de gestão, a Companhia calcula as perdas potenciais em simulações de condições desfavoráveis para cada empreendimento individual e para o conjunto dos projetos como um todo, bem como a exposição máxima de caixa exigida. *Controle da exposição máxima de caixa:* O sistema de controle de risco monitora a necessidade futura de caixa para executar os empreendimentos programados em carteira, baseando-se em estudo de viabilidade econômica de cada empreendimento, bem como na necessidade de fluxos de caixa individuais em relação ao fluxo de caixa projetado do conjunto de empreendimentos como um todo. Essa projeção auxilia na definição da estratégia de financiamento e na tomada de decisões em relação à seleção de empreendimentos. Gerenciamento de risco de demanda: Por meio do conhecimento de mercado e com a contribuição de parceiros locais, a Direcional consegue identificar a demanda por novos empreendimentos em diferentes regiões, bem como a faixa de renda dos potenciais compradores a serem atendidos. Os lançamentos são definidos em função do potencial que cada região apresenta para absorver determinada quantidade de imóveis e responder às variações de preço. A Companhia não pretende atuar em mercados em que não existam dados confiáveis disponíveis para análise de potencial de mercado. Desse modo, acredita reduzir o risco de demanda de seus lançamentos. Riscos operacionais: O gerenciamento de riscos operacionais é desenvolvido basicamente por meio do acompanhamento permanente do desenvolvimento dos empreendimentos no tocante à execução do cronograma físico-financeiro das obras, em relação ao planejamento inicial da auditoria financeira e contábil, realizada por empresa independente de auditoria, da análise criteriosa de riscos jurídicos e do risco de crédito dos adquirentes de unidades mediante a gestão ativa dos recebíveis dos empreendimentos. Gestão do capital social: O risco de gestão do capital advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre a dívida financeira e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Os indicadores chave relacionados a esse objetivo são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e Financiamentos (Nota 9). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando aperfeiçoar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Companhia inclui dentro da estrutura de Dívida Líquida: Empréstimos e financiamentos menos Caixa e Equivalente de Caixa.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	831.068	997.592
(-) Caixa e equivalente de caixa	533.795	715.294
(-) Aplicações financeiras	195.587	144.050
Dívida líquida	101.686	138.248
Pagamento de dividendos	129.969	90.000
Patrimônio líquido	1.369.346	1.393.276
Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	7,43%	9,92%

No exercício encerrado em 31/12/2019 a Companhia apresentou uma geração de caixa de R$166.531 ante uma geração de caixa no exercício de 2018 de R$271.947. Ativos dados em garantia: Os ativos dados em garantia relativos aos empréstimos e financiamentos estão divulgados na Nota 8 e Nota 9. A Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$16.472 (31 de dezembro de 2018 - R$15.143) como parte de discussão de seus passivos contingentes.

23. Plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado a ações da companhia remuneração em opções de compra de ações

Remuneração baseada em ações ("Programa de Matching"): Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de maio de 2015 e 20 de março de 2017 foram aprovados os regulamentos dos Programas 1º e 2º de incentivo atrelado a ações da Direcional Engenharia S.A. ("Programa 1 e Programa 2, respectivamente"), conforme alterado. Os Programas estabelecem as regras e condições para outorga do direito de compra de Ações e concessão de ações de incentivo a administradores e empregados da Companhia e/ou das Sociedades de Propósito Específico em que a Companhia tenha participação ("Beneficiários"), previamente selecionados pelo Conselho de Administração, com objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar os seus interesses com os da Companhia e de seus acionistas. Para participar do Programa de Matching os Beneficiários deverão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia, em quantidade e prazo definidos individualmente pelo Conselho de Administração. Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários no âmbito do Programa 1 a Companhia outorgará aos Beneficiários duas ações ordinárias da Companhia, já no âmbito do Programa 2 a Companhia outorgará aos Beneficiários cinco ações ordinárias da Companhia, sendo que a entrega será realizada em lotes de 25% do total de ações ao longo de quatro anos. Para que o Beneficiário faça jus ao recebimento das ações de incentivo ao final de cada Período de Carência ele não poderá ter alienado ou transferido, total ou parcialmente, as ações detidas no âmbito do Programa. As quantidades de ações outorgadas, prazos de carência e exercício, aprovados pelo Conselho de Administração, estão comentados a seguir:

Programa	Ano de Outorga	Prazo para transferência das ações	Início	Ações outorgadas (a)	Outorgas não ativadas (b)	Outorgas canceladas (c)	Ações Transferidas (d)	Outorgas Vigentes (a-b-c-d)
1º Matching	2015	4 anos	2017	**506.000**	61.200	127.557	252.743	**64.500**
1º Matching	2017	4 anos	2018	**450.000**	86.056	42.908	170.862	**150.174**
2º Matching	2017	4 anos	2018	**1.760.000**	-	100.000	980.000	**680.000**
2º Matching	2018	4 anos	2019	**360.000**	-	-	90.000	**270.000**
2º Matching	2018	3 anos	2020	**170.923**	-	9.880	63.278	**97.765**
1º Matching	2019	3 anos	2020	**13.628**	-	1.113	3.581	**8.934**
2º Matching	2019	3 anos	2020	**58.985**	-	4.559	10.982	**43.444**
1º Matching	2019	3 anos	2020	**9.662**	-	628	-	**9.034**
2º Matching	2019	3 anos	2020	**52.888**	-	4.584	4.586	**43.718**
Total				**3.382.086**	**147.256**	**291.229**	**1.576.032**	**1.367.569**

24. Seguros

O grupo adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31/12/2019, está demonstrado a seguir:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Seguro de construção (risco engenharia)	Garante, durante o período de construção do empreendimento, indenização decorrente de danos causados à obra, tais como: incêndio, queda de raio, roubo, dentre outras coberturas específicas de instalações e montagens no local objeto do seguro	2.860.545
Seguro garantia pós entrega	Garante a manutenção e resolução de problemas em obras entregue por até 5 anos, sobre os danos previstos no código do consumidor	54.280
Responsabilidade civil (obras em construção)	Garante indenizar até o limite máximo da importância segurada, as quantias pelas quais a Companhia vier a ser responsável civilmente relativa às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros	379.280
Seguro infraestrutura	Garantir às Prefeituras a execução das obras de infraestrutura que são exigidas para aos processos de licenciamento dos empreendimentos em construção	212.727
Seguro empresarial	Garante indenização à Companhia referente aos eventos cobertos ocorridos no imóvel comercial locado, eventos tais como incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e alagamento, tumultos, greve e lock out, vendaval até fumaça	58.500
Responsabilidade civil (Administradores)	Garante a cobertura de danos morais aos administradores da Companhia (D&O)	50.000

25. Eventos Subsequentes

Em 4 de março de 2020, a Companhia e a sua controlada Riva 9 Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Riva 9"), firmaram os seguintes contratos: (1) Promessa de Compra e Venda de Quotas de 16 (dezesseis) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) detidas pela Companhia, cujos projetos, a critério da Administração da Companhia, enquadram-se num segmento econômico destinado a clientes de médio/alto padrão, bem como o direito de aquisição de alguns terrenos (landbank), e; (2) prestação de serviços de consultoria especializada, gestão imobiliária e outras avenças, para o desenvolvimento das atividades imobiliárias da Riva 9, onde a Companhia compartilhará com a Riva 9 a estrutura de contabilidade, financeiro, jurídico, TI, RH, Departamento Pessoal, engenharia técnica (suprimentos, orçamentos, acompanhamento de obras e contratação de projetos terceirizados), aprovação e licenciamento de projetos e CSC. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Riva 9, realizada em 4 de março de 2020, foram deliberados os seguintes principais assuntos: a) Abertura de capital e pedido de registro de companhia aberta categoria "A" da Riva 9, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); b) Realização de oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Riva 9, nos termos da Instrução CVM nº400/2003 e registro de emissão da Companhia perante a B3 S.A.; c) Admissão à negociação das ações de emissão da Riva 9 ao segmento especial de listagem da B3 denominado "Novo Mercado" d) Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Riva 9 que poderão ser concedidas a Administradores e Empregados da Riva 9, à critério do seu Conselho de Administração, e não poderão ultrapassar o limite máximo de 6,0% (seis por cento) das ações do capital subscrito e integralizado da Riva 9, sendo que este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

DIRETORIA

Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo – Diretor-Presidente e Comercial
Guilherme de Rezende Castanheira – Diretor de Engenharia
Rafael Passos Valadares – Diretor de Engenharia Técnica
Henrique de Assunção Paim – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Contador Responsável – Manoel Rodrigues Neto - Contador – CRC/MG 85.100

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INTRUÇÃO CVM Nº480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Direcional Engenharia S.A. sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, na Rua dos Otoni, nº 177, CEP 30150-270, inscrita no CNPJ/MF nº 16.614.075/0001-00 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como que as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado 31 de dezembro 2019 refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Ernest & Young Auditores Independentes não prestou qualquer outro tipo de serviços que não de Auditoria Independente. Assim, no exercício de 2019, foram prestados exclusivamente serviços de auditoria externa independente. A política da Companhia assegura que não haja conflito de interesses, ausência de independência ou objetividade.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

Em conformidade com o artigo 57 do Estatuto Social da Direcional Engenharia S.A., a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Direcional Engenharia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou: O Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (EY) sem ressalvas e sem ajustes até o momento, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Belo Horizonte, 06 de março de 2020.

Bruno Lage de Araujo Paulino — Paulo Sávio Bicalho — Rafael Alves Rodrigues

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Direcional Engenharia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Direcional Engenharia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Direcional Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receitas de unidades imobiliárias não concluídas e de serviços de construção

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 2.2.1 e 2.1.17, a Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas dos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas e as receitas de prestação de serviços de construção utilizando-se do método de Porcentagem de Conclusão - "POC" (*Percentage of Completion*).

O método POC requer que a administração da Companhia estime os custos a incorrer até a conclusão da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias vendidas dos empreendimentos de incorporação imobiliária e de cada etapa dos serviços de construção. A partir daí, com base nos custos incorridos e nas condições contratuais, estima-se o valor justo das receitas de vendas e serviços que serão reconhecidas em cada período, na proporção em relação ao que foi estimado.

Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na determinação das receitas de vendas e serviços de construção a serem reconhecidas, e o risco de impactos relevantes no resultado de cada período que essas mudanças de estimativas podem trazer, consideramos este assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho dos processos e controles internos chaves relacionados ao reconhecimento da receita de venda de unidades imobiliárias não concluídas e prestação de serviços de construção, que compreendem a elaboração, revisão e aprovação tempestiva dos orçamentos de custos a incorrer, bem como a comparação e teste por amostragem dos custos incorridos, onde foram inspecionados contratos, pagamentos realizados e documentos que corroboravam essas transações. Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas em avaliação patrimonial com o objetivo de nos auxiliar na identificação de evidências contrárias à estimativa de custos a incorrer, analisando os estágios de execução de determinadas obras, e verificando se o período previsto para conclusão das mesmas nos respectivos orçamentos da Companhia e suas controladas correspondiam à realidade das operações.

Além de confrontarmos os registros auxiliares do POC com os saldos contábeis, considerando os diversos sistemas que suportam essas transações, calculamos de forma independente os valores das receitas de venda de unidades imobiliárias não concluídas e serviços de construção e inspecionamos, por amostragem, os documentos que suportavam as unidades vendidas consideradas no POC.

Efetuamos procedimentos analíticos para avaliar mudanças significativas nas margens e orçamentos dos empreendimentos imobiliários para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao exercício anterior, bem como avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas e sua conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração relacionadas aos saldos das receitas de venda de unidades imobiliárias não concluídas e prestação de serviços de construção no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, assim como as respectivas divulgações, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 7F97-EE6B-3F08-78E2.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Belo Horizonte, 9 de março de 2020.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6.

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/O-1.

www.direcional.com.br

Continua...

QUINET EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TÊXTIL S.A.
CNPJ Nº 21.554.555/0001-55
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social à Rua Antônio de Almeida 169, bairro Santa Terezinha na cidade de Juiz de Fora/MG, a realizar-se no dia 03 de abril de 2020, às 10h30min em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 1/4 do capital social e às 11h em segunda convocação, com qualquer número de acionistas presentes, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. b) Venda de imóveis constantes do ativo circulante. c) Outros assuntos de interesse da sociedade.
Juiz de Fora/MG, 27 de fevereiro de 2020. A Diretoria.

QUINTA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BELO HORIZONTE - MG. Edital de Alteração de Regime de Bens. Prazo de 30 dias. Autos nº 5009166-61.2020.8.13.0024. A Dra. Adriana Garcia Rabelo, Juíza de Direito da 5ª Vara de Família desta Comarca, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, para dar publicidade a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, nos termos do artigo 734, § 1º do CPC/2015, que MARCO TULIO SANTOS ALBENY DE ARAUJO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 002.271.826-50 e GISELE ARAUJO POLATI, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 048.597.416-92; casados entre si, ingressaram com procedimento almejando alterar o regime de bens de seu casamento de comunhão parcial para o de separação total de bens. Para conhecimento de todos e que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado no DJE - Diário Judicial Eletrônico e afixado neste Juízo em local de costume. Juliana Carla Fernandes Capelo, Escrivã Judicial. Adriana Garcia Rabelo, Juíza de Direito da 5ª Vara de Família. Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, nos termos das Leis 10.520/02, 8.666/93, para AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, DE ACORDO COM O CONVÊNIO MAPA Nº886455/2019-PATRULHA MECANIZADA, no dia 30/03/2020. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de São João das Missões, situada a Praça Vicente de Paula, nº300 – B – Centro – CEP 39.475-000 – São João das Missões (MG). Informações: (38)3613-8230 E-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br,site;www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões, 09 de março de 2020. Aryadna Santana de Sousa – Pregoeira

COMUNICADO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020 - PROCESSO Nº 003/2020
O Presidente da Comissão de Julgamento de Licitações do **Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas/MG**, no uso de suas atribuições legais, comunica que em relação à TOMADA DE PREÇOS 001/2020 que tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica para execução dos seguintes lotes: 01 – Aberto à ampla disputa - Ampliação de 1.800 metros de linha de recalque de esgoto em tubo PVC DN 150 na EEE - Rhódia (O.O. 4227/19) e 2 - Destinado à participação exclusiva de ME, EPP e equiparadas – Execução de 154,90 metros de rede coletora de esgoto em tubo de PVC DN 100 no bairro São José (O.Obra 4232/19), incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos conforme especificações técnicas e demais anexos, impugnou o recurso interposto pela licitante D'ÁUSTRIA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, na fase documental, a licitante MARAN CONSTRUTORA LTDA. Poços de Caldas, 09 de março de 2020. Comissão Permanente de Julgamento de Licitações - Portaria nº 086/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG. Aviso de Publicação do Processo Licitatório n° 18/2020, Pregão n°13/2020. Menor preço por item. Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Utensílios de Cozinha. Data de Apresentação de Envelopes e Julgamento: 09h00min do dia 01/04/2020. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefax: (35)3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretor de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NINHEIRA - A PM Ninheira informa que o aviso de licitação dos PP(s) 009 e 010/2020,cujos obejetos são, respectivamente: Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de transportes diversos, com fornecimento do veículo adequado a quantidade de passageiros,mão de obra e manutenção completa dos veículos,destinado ao atendimento das diversas secretarias do município de Ninheira/MG, e Contratação de empresa para prestação de serviços de fabricação,-transporte e assentamento de blocos sextavados de concreto e meio fio e transporte de areia,para atender a secretaria municipal de obras e serviços urbanos de Ninheira/MG,se encontram na íntegra no site: www.diariomunicipal.com.br e o edital esta disponível em: www.ninheira.mg.gov.br. Elen C.Santos - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MG – Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 010/2020 - O Município de Presidente Juscelino/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00h do dia 25 de março de 2020, no Prédio da Prefeitura Municipal, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta e Documentação - Pregão Presencial nº 010/2020, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM". Aquisição de veículo novo, zero km. Edital e maiores informações com o Pregoeiro pelo telefone (38) 3724-1239 ou e-mail: licitacao@presidentejuscelino.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG. Aviso de Publicação do Processo Licitatório n° 33/2020, Pregão n°25/2020. Menor preço por item. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em lavanderia hospitalar, incluindo lavagem, passagem, desinfecção de roupas e peças afins, incluindo coleta e entrega Data de Apresentação de Envelopes e Julgamento: 14h00min do dia 25/03/2020. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefax: (35)3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretor de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MG - Aviso de Homologação - Edital nº 001/2019 - Extrato do Decreto Nº 008/2020 – Fica homologado o resultado do Processo Seletivo Público Simplificado promovido pela Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino e organizado pela empresa Exame Auditores & Consultores LTDA - EPP, nos termos do Edital nº 001/2019, de 22/11/2019, consoante classificação final dos candidatos, cuja publicação se deu no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino – MG, no dia 17/02/2020, e no endereço eletrônico da empresa organizadora – www.exameconsultores.com.br, no dia 17/02/2020. Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se. Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino– MG, 09 de março de 2020. Ricardo de Castro Machado– Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS – MG. Aviso de publicação do Processo Licitatório nº 24/2020 – Pregão 018/2020. Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviço de chaveiro. Data de apresentação de envelopes e julgamento: 09h00min do dia 30/03/2020. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefone: (35) 3694-4065. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretor de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/MG
Aviso de licitação: Tomada de Preço 001/2020 – Tipo: Menor Preço por Empreitada Global – Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Obra de Construção do Parque de Exposição – Convênio 872293/2018 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Visita Técnica Obrigatória: a partir do dia 16/03/2020, sob agendamento prévio de 48 horas – Entrega dos Envelopes: Dia 31 de março de 2020 às 13h00min – Abertura dos envelopes: Dia 31 de março de 2020 às 13h15min – Informações/edital: Avenida 1º de Janeiro, 1748 – Centro – Araújos/MG – Telefone (37) 3288-3010 – licitacao@araujos.mg.gov.br! O edital, na íntegra, encontra-se disponível no site www.araujos.mg.gov.br!

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS – MG. Aviso de publicação de Nova Data do Processo Licitatório nº 007/2020 – Pregão 003/2020. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes para a agência transfusional da UPA, em atendimento a Secretaria Municipal Saúde. Data de apresentação de envelopes e julgamento: 09h00min do dia 26/03/2020. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefone: (35) 3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretor de Suprimentos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL
Ficam convocados proprietários ou seus representantes legais, para a assembleia abaixo, do **Condomínio Residencial Vésper Buritis**, localizado na R Avenida Deputado Cristovam Chiaradia, 391, Buritis, Belo Horizonte, Brasil. **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a realizar-se no **Espaço CINEMA**, dia **24 de Março de 2020, Terça-feira**, às **19h** em primeira chamada, com 50% dos condôminos, ou às 19h30min em segunda chamada, com qualquer número de condôminos presentes, para deliberarmos sobre a seguinte ordem do dia:
a) Deliberar sobre as contas do Síndico e examinar, discutir e votar suas demonstrações financeiras;
b) Deliberar sobre a destinação do saldo do Exercício ou sobre o rateio de eventual déficit;
c) Discutir e votar o orçamento das despesas para o exercício em início;
d) Eleger e empossar Síndico, SubSíndico, Conselheiros(as) Fiscal;
e) Apresentação de defesa dos moradores notificados;
f) Aplicação de Multa a moradores notificados;
IMPORTANTE: o material de apresentação nas assembleias, os relatórios, planilhas, balancetes, orçamentos, contratos, **encontram-se todos disponíveis aos moradores no aplicativo ByDoor, na pasta Assembleia 2020 ou podem ser baixados no link: https://url.gratis/6MqFn**
Contamos com a presença de todos, pois a ausência dos condôminos não os desobriga de aceitarem como tácita concordância aos assuntos que forem tratados e deliberados.
Atenciosamente, **Síndico em exercício - PRIMORDIAL Síndico Profissional Ltda, CNPJ. 26.606.463/0001-95**
OBS.¹: É lícito, fazer-se o condômino representar nas assembleias, por procurador com poderes especiais, condôminos ou não, desde que não seja o próprio síndico ou membro do conselho fiscal.**OBS.²:** Conforme o art. 1335 do Código Civil é direito do condômino participar das assembleias estando quite com suas obrigações. Pedimos a todos, que possuem pendências, que regularizem a situação para garantir seu direto a voto e participação nas decisões deste condomínio.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código F8B7-8781-EEAF-BD26.

SINDICATO DOS MOTORISTAS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS, LOGISTICAS EM TRANSPORTE E DIFERENCIADOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO - SIMECLODIF
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **SINDICATO DOS MOTORISTAS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS, LOGISTICAS EM TRANSPORTE E DIFERENCIADOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO - SIMECLODIF - CNPJ: 18.134.667/0001-42**, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Hamilton Dias de Moura, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** **todos os membros integrantes da categoria de Profissional** dos motoristas e **trabalhadores em transporte de cargas, regulamentada pela Lei 12.619/2012, composta pelos motoristas e trabalhadores empregados nas empresas de transportes de cargas itinerante, de encomendas, de mudanças de móveis, de carga unitilizada em "contêineres" ou cofre de carga, de cargas excepcionais e indivisíveis, de cargas perecíveis, de cargas aquecidas, de cargas animais, de cargas de madeiras, de cargas de produtos siderúrgicos e especiais, de cargas engarrafadas,de carga de perigosas, de produtos químicos, líquidos e gasosos, de carga de produtos inflamáveis e de gás liquefeito, de carga próprias. Motoristas e condutores nas empresas de transportes voltadas para a prestação de serviços de logística, de armazenagem ou integração multimodal, motoristas e condutores e operadores de máquinas em vias públicas com vínculo empregatício nas indústrias e os motoristas e condutores com vínculo empregatício no comércio atacadista, varejista, prestação de serviços e cooperativas. Motoristas e condutores com vínculo empregatício nas indústrias da construção civil e do mobiliário. Motoristas e condutores nas empresas de coleta, limpeza e industrialização de lixo. Motoristas em estabelecimentos de serviços de saúde. Motoristas nas empresas de comunicações e publicidade, de jornalismo, de rádio e de televisão. Motoristas com vínculo empregatício nas empresas de crédito, estabelecimentos bancários, empresas de seguros privados e capitalização, previdência privada. Motoristas nas empresas de educação,cultura e estabelecimentos de ensino, com abrangência territorial em Minas Gerais nas comarcas de Baldim, Barão de Cocais, Belo Horizonte, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Capim Branco, Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Confins, Funilândia, Ibirité, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Mário Campos, Matozinhos, Morro do Pilar, Nova Lima, Nova União, Passabém, Pedro Leopoldo, Prudente de Morais, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Santana do Riacho, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José da Lapa, São Sebastião do Rio Preto, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano**, **associados ou não associados ao Sindicato convocante**, a comparecem na ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 13/03/2020 às 18:30 horas, na sede situada na Rua Conselheiro Saraiva 174,Bairro \Alto Barroca, em Belo Horizonte/MG, para tratar a seguinte ORDEM DO DIA: **a)** leitura do Edital; **b)** elaboração, discussão e aprovação das pautas de reivindicações a serem remetidas a todas as empresas e/ou entidades de representação patronal do segmento de transportes de cargas e logística, em especial, SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGISTICA DE MINAS GERAIS - SETCEMG, visando à celebração de Acordos Coletivos e/ou Convenções Coletivas de Trabalho nos anos de 2020/2021; **c)** discussão e aprovação das formas de custeio da entidade sindical por toda a categoria e formalidades para notificação aos empregadores acerca do desconto da contribuição assistencial e contribuição sindical de 2020/2021 prévia e expressamente autorizados em Assembleia Geral, conforme previsto nos artigos 578 e 579, c/c artigo 8°, § 3° da CLT, e os princípios contidos nos artigos 8º, IV e 149 da Constituição Federal e artigo 8° da Convenção 95 da OIT; **d)** autorização prévia e expressa para que o Sindicato Profissional possa firmar acordos administrativos no período 2020/2021, com assinatura das Convenções Coletivas de Trabalho e/ou Acordos Coletivos de Trabalho, bem como Termos Aditivos aos referidos instrumentos normativos, com ou sem Mediador, e, na sua inviabilidade, conceder poderes ao Sindicato para ajuizamento de eventuais Dissídios Coletivos, regulando as condições de trabalho e benefícios para toda a categoria, bem como as formas de custeio da entidade sindical, nos termos aprovados nos itens "b" e "c" deste Edital. Não havendo número legal de representantes em primeira convocação, **a Assembleia se realizará, em segunda e última convocação, 30min (trinta minutos) após a primeira convocação**, no mesmo dia e local, já com qualquer número de presentes. A participação na Assembleia caberá a todos trabalhadores (as) associados (as) ou não, ocasião em que poderão se manifestar-se, expressamente, quanto à autorização ou não da Contribuição Assistencial ou Sindical. O não comparecimento implica em concordância com a deliberação coletiva, nos termos previsto no artigo 8°, § 3° da CLT. As deliberações tomadas nesta Assembleia prevalecerão para todos os fins de direito. Belo Horizonte,09 de março de 2020. **HAMILTON DIAS DE MOURA – Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 039/2020
Pregão nº 024/2020

Objeto: Contratação de empresa destinada a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de AR condicionado, bebedouros e refrigeradores em geral das diversas secretarias deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 23/03/2020. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 09/03/2020.
Marcus Vinicius de Almeida Ramos
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE PAJEÚ/MG
Aviso de Licitações

A Prefeitura Municipal de Cachoeira de Pajeú/MG torna público a realização de licitações nas modalidades: **PREGÃO PRESENCIAL 011/2020**, tipo menor preço por item, destinado a aquisição de Materiais de Limpeza e Outros, conforme Termo de Compromisso 107 da Resolução 6822/SESMG, bem como especificações contidas no edital, cujo credenciamento se dará às 10:30 (dez horas e trinta minutos) do dia 24 (vinte e quatro) de março de 2020 e **PREGÃO PRESENCIAL 012/2020**, tipo menor preço por item, destinado a aquisição de Materiais de Expediente, Processamento de Dados e Conjunto de Cadeiras Plásticas, conforme Termo de Compromisso 107 da Resolução 6822/SESMG, bem como especificações contidas no edital, cujo credenciamento se dará às 09:00 (nove) horas do dia 25 (vinte e cinco) de março de 2020. Maiores informações, bem como Editais completos, junto a Prefeitura Municipal de Cachoeira de Pajeú/MG, com sede na Rua Afonso Pena, 14 - Centro, pelo telefone (33) 3754-1200. E-mail: licitacaopmcp@yahoo.com.br ou site: www.cachoeiradepajeu.mg.gov.br - Cachoeira de Pajeú/MG, 09 de março de 2020. Pregoeiro Oficial

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI (31) 3236.8001

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial
Registro de Preço - nº 192/2019

O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 192/2019. Objeto:** Eventual aquisição de máquinas, ferramentas e ventiladores para atender as Secretarias Municipais de Obras e Serviços Urbanos e Educação, destinando itens exclusivamente para ME/EPP e itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48, III da LC 123/06 alterada pela LC 147/14. Data de realização **23/03/2020 às 09:00h**. O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br**, em **Portal da Transparência/Publicações**.

Nova Lima, 09 de março de 2020.

A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE DENTRO/MG
Aviso de Licitações

A Prefeitura Municipal de Curral de Dentro/MG torna público a realização de licitações nas modalidades: **PREGÃO PRESENCIAL 007/2020**, tipo menor preço por item, destinado ao Registro de preços para eventual Aquisição de móveis e equipamentos diversos (eletrodomésticos, eletroeletrônicos e informática) para manutenção dos diversos setores da administração, cujo credenciamento se dará às 09:00 horas do dia 24 (vinte e quatro) de março de 2020. **PREGÃO PRESENCIAL 008/2020**, tipo menor preço Global, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para eventual Contratação de serviços de Laboratório de Análise Clínica para execução de exames diversos para atendimento à população deste município, cujo credenciamento se dará às 09:00 horas do dia 25 (vinte e cinco) de março de 2020. Maiores informações, bem como Editais completos, junto a Prefeitura Municipal de Curral de Dentro/MG, com sede na Avenida João Alves Gomes, 44 - Centro, pelo telefone (38) 3845-9419. E-mail: pmcddlicita@gmail.com e site: www.curraldedentro.mg.gov.br - Curral de Dentro/MG, 09 de março de 2020. Cícero Gomes Pereira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI -MG

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020 - PROCESSO Nº. 18/2020. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GRAVAÇÃO EM STUDIO, PARA ATENDER TODAS AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**. Credenciamento: *28/02/2020* de 08h30min as 08h00min. Início da Sessão: 08:20hs. Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38)3613-2171. Edital disponível para fornecimento via email licitação@Itacarambi.mg.gov.br, site: www.itacarambi.mg.gov.br, ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos.

Itacarambi-MG, 09 de março de 2020.

SINDICATO DOS MOTORISTAS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS, LOGISTICAS EM TRANSPORTE E DIFERENCIADOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO - SIMECLODIF
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **SINDICATO DOS MOTORISTAS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS, LOGISTICAS EM TRANSPORTE E DIFERENCIADOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO - SIMECLODIF - CNPJ: 18.134.667/0001-42**, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Hamilton Dias de Moura, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** **todos os membros integrantes da categoria de Profissional** dos motoristas e **trabalhadores em transporte de cargas, regulamentada pela Lei 12.619/2012, composta pelos motoristas e trabalhadores empregados nas empresas de transportes de cargas itinerante, de encomendas, de mudanças de móveis, de carga unitilizada em "contêineres" ou cofre de carga, de cargas excepcionais e indivisíveis, de cargas perecíveis, de cargas aquecidas, de cargas animais, de cargas de madeiras, de cargas de produtos siderúrgicos e especiais, de cargas engarrafadas,de carga de perigosas, de produtos químicos, líquidos e gasosos, de carga de produtos inflamáveis e de gás liquefeito, de carga próprias. Motoristas e condutores nas empresas de transportes voltadas para a prestação de serviços de logística, de armazenagem ou integração multimodal, motoristas e condutores e operadores de máquinas em vias públicas com vínculo empregatício nas indústrias e os motoristas e condutores com vínculo empregatício no comércio atacadista, varejista, prestação de serviços e cooperativas. Motoristas e condutores com vínculo empregatício nas indústrias da construção civil e do mobiliário. Motoristas e condutores nas empresas de coleta, limpeza e industrialização de lixo. Motoristas em estabelecimentos de serviços de saúde. Motoristas nas empresas de comunicações e publicidade, de jornalismo, de rádio e de televisão. Motoristas com vínculo empregatício nas empresas de crédito, estabelecimentos bancários, empresas de seguros privados e capitalização, previdência privada. Motoristas nas empresas de educação,cultura e estabelecimentos de ensino, com abrangência territorial em Minas Gerais nas comarcas de Baldim, Barão de Cocais, Belo Horizonte, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Capim Branco, Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Confins, Funilândia, Ibirité, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Mário Campos, Matozinhos, Morro do Pilar, Nova Lima, Nova União, Passabém, Pedro Leopoldo, Prudente de Morais, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Santana do Riacho, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José da Lapa, São Sebastião do Rio Preto, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano**, **associados ou não associados ao Sindicato convocante**, a comparecem na ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 13 de março de 2020 às 18 horas e 30 minutos em primeira convocação, na sede situada na rua Conselheiro Saraiva 174, em Belo Horizonte/MG, para tratar a seguinte ORDEM DO DIA: **a)** leitura do Edital; **b)** elaboração, discussão e aprovação das pautas de reivindicações a serem remetidas a todas as empresas e/ou entidades de representação patronal de categorias diferenciadas, em especial, SIRTIGAS, SINDUSCON, SINDILURB, SINDIBEBIDAS, SEAC,SESCON, SINDICATOS representados pela FECOMÉRCIO, visando à celebração de Acordos Coletivos e/ou Convenções Coletivas de Trabalho nos anos de 2020/2021; **c)** discussão e aprovação das formas de custeio da entidade sindical por toda a categoria e formalidades para notificação aos empregadores acerca do desconto da contribuição assistencial e contribuição sindical de 2020/2021 prévia e expressamente autorizados em Assembleia Geral, conforme previsto nos artigos 578 e 579, c/c artigo 8°, § 3° da CLT, e os princípios contidos nos artigos 8º, IV e 149 da Constituição Federal e artigo 8° da Convenção 95 da OIT; **d)** autorização prévia e expressa para que o Sindicato Profissional possa firmar acordos administrativos no período 2020/2021, com assinatura das Convenções Coletivas de Trabalho e/ou Acordos Coletivos de Trabalho, bem como Termos Aditivos aos referidos instrumentos normativos, com ou sem Mediador, e, na sua inviabilidade, conceder poderes ao Sindicato para ajuizamento de eventuais Dissídios Coletivos, regulando as condições de trabalho e benefícios para toda a categoria, bem como as formas de custeio da entidade sindical, nos termos aprovados nos itens "b" e "c" deste Edital. Não havendo número legal de representantes em primeira convocação, **a Assembleia se realizará, em segunda e última convocação, 30min (trinta minutos) após a primeira convocação**, no mesmo dia e local, já com qualquer número de presentes. A participação na Assembleia caberá a todos trabalhadores (as) associados (as) ou não, ocasião em que poderão se manifestar-se, expressamente, quanto à autorização ou não da Contribuição Assistencial ou Sindical. O não comparecimento implica em concordância com a deliberação coletiva, nos termos previsto no artigo 8°, § 3° da CLT. As deliberações tomadas nesta Assembleia prevalecerão para todos os fins de direito. Belo Horizonte, 09 de março de 2020. **HAMILTON DIAS DE MOURA – Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG

Resultado final. Processo licitatório nº 013/2020, Concorrência nº 002/2020. Objeto: "Alienação, através de Permuta, de imóvel de propriedade do Município de Nova Serrana, por prestação de serviços de pavimentação, sinalização e drenagem do Bairro Fausto Pinto da Fonseca II, Município de Nova Serrana-MG, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro. Área para permuta: Um terreno, sem benfeitorias, denominada área de uso institucional nº 01, da quadra nº 03, situada na Rua Libério Lopes, no Bairro Santa Helena, medindo 8.701,80 m² (oito mil, setecentos e um metros e oitenta centímetros quadrados), medindo 116,50 m² de frente, 95,75 m² à direita, 102,60 m² de fundo e 71,85 m² à esquerda, registrado sob a matrícula nº 58.235, Livro nº 02 – Registro Geral, no Cartório de Registro de Imóveis de Nova Serrana-MG". Foi ganhadora a licitante: Mafra Equipamentos Ltda, CNPJ Nº 04.298.804/0001-70 que apresentou proposta com o valor de R$1.522.815,00 (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil, oitocentos e quinze reais). Nova Serrana, 09 de março de 2020. Euzebio Rodrigues Lago. Prefeito Municipal.

UNISSUL SUPERMERCADOS S/A
CNPJ 06.311.489/0001-07 - NIRE 313001992-6

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e demais interessados: Apresentamos a V.Sas. às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2019, comparativas com 31.12.2018 de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil. Em 2019 a economia brasileira enfrentou novamente grandes dificuldades ocasionando a crise em diversos setores e assim, não apresentou o crescimento esperado pelo governo frustrando as expectativas divulgadas por diversos analistas econômicos no início do ano. Contudo a conjuntura enfrentada a UNISSUL SUPERMERCADOS S/A obteve sólidos resultados, houve um acréscimo em seu faturamento comparando as vendas 2018/2019 de cerca de 2,02% (faturamento 2018: 143.487.857,04 - faturamento 2019: 146.391.962,14). Os investimentos na consolidação da marca e no relacionamento com os canais de distribuição e a melhoria de processos internos de gestão, foram e continuarão sendo os principais focos de gestão da empresa em 2020. A Administração tem a determinação de elevar o patamar das margens obtidas neste período, consolidando a tendência estabelecida. Acreditamos que uma medida fundamental de nosso sucesso será a geração de valor para os nossos acionistas no longo prazo, que será resultado direto de nossa habilidade de ampliar e fortalecer nossa marca e mantê-la, trazendo assim, maiores retornos sobre o capital investido. Diante da necessidade de aprimoramento contínuo e visando as margens de crescimento a Unissul continuamente traz para seus negócios estratégias para cada vez mais fidelizar seus clientes. Preocupada com o bem estar da criança e do adolescente, novamente fez a sua parte, contribuindo no ano de 2019 com doações para o Fundo da Criança e do Adolescente na cidade sede de sua matriz e filiais, participou de eventos promocionais que proporcionam o bem estar aos seus clientes. Por fim, é forçoso reconhecer que nestes anos não nos faltaram o apoio decisivo e a confiança de fornecedores, clientes, parceiros, acionistas e especialmente os colaboradores dedicados e comprometidos com nossa Visão de negócios e Valores. A todos queremos sinceramente agradecer e com eles compartilhar o sucesso obtido. Alfenas, 31 de dezembro de 2019. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)

ATIVO	31/12/2018	31/12/2019
CIRCULANTE	**24.933.251**	**26.344.255**
Disponibilidades de Caixa	7.389.651	9.490.514
Contas a Receber	7.408.101	6.871.983
Estoques	9.611.867	9.395.133
Créditos com Fornecedores	133.159	196.320
Outras Contas	390.473	390.304
NAO CIRCULANTE	**21.079.858**	**5.188.683**
Realizável a Longo Prazo	559.464	583.518
Investimentos	127.273	129.091
Imobilizado	20.304.445	4.386.897
Intangível	88.677	89.177
TOTAL ATIVO	**46.013.109**	**31.532.938**

PASSIVO	31/12/2018	31/12/2019
CIRCULANTE	**12.201.184**	**13.041.162**
Fornecedores	9.237.276	8.716.947
Tributarias e Sociais	2.820.622	3.046.685
Outras Contas	143.286	116.101
Lucros, Dividendos e JSCP a distribuir	-	1.161.429
NAO CIRCULANTE	**3.683.950**	**1.655.660**
Exigível a Longo Prazo	**3.683.950**	**1.655.660**
Empréstimos e Financiamentos	1.510.066	1.246.574
Outras Contas a pagar	349.729	409.086
Impostos Diferidos	1.824.155	-
PATRIMONIO LIQUIDO	**30.127.975**	**16.836.116**
Capital Social	9.097.218	9.097.218
Reservas de Lucros	16.698.974	6.830.521
Resultados Acumulados	2.264.123	908.378
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.397.143	-
(-) Ações em Tesouraria	(4.329.482)	-
TOTAL PASSIVO	**46.013.109**	**31.532.938**

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (EM REAIS)

	2018	2019
Receita Bruta da Venda e Serviços	**143.487.857,04**	**146.391.962,14**
(-) Impostos Incidentes	(8.650.129,72)	(8.489.959,82)
Receita Líquida	**134.837.727,32**	**137.902.002,32**
Custos dos Bens e Serviços Vendidos	(106.453.036,79)	(107.453.258,62)
Lucro Bruto	**28.384.690,53**	**30.448.743,70**
Despesas com Vendas	(587.694,95)	(716.248,73)
Despesas Administrativas e Gerais	(25.801.397,55)	(27.448.452,63)
Depreciação e Amortização	(738.848,20)	(789.497,51)
Outras Receitas	952.850,65	1.774.506,31
Receitas Financeiras	2.671.416,00	1.381.872,80
Despesas Financeiras	(1.468.008,88)	(1.539.314,97)
Lucro Líquido do Exercício		
Antes de IR/CSLL	**3.413.007,60**	**3.111.608,97**
Provisão para IRPJ e CSLL	(1.148.884,93)	(1.041.802,28)
Lucro Líquido do Exercício	**2.264.122,67**	**2.069.806,69**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxo de caixa das Atividades Operacionais	**2018**	**2019**
Lucro Líquido do Exercício	**2.264.123**	**2.069.807**
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Depreciação/Amortização	738.848	789.497
Lucro Líquido Ajustado	**3.002.971**	**2.859.304**
Ajustes Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
Variação da conta clientes a receber	2.892.430	(2.241.203)
Variação da conta de créditos a receber	26.651	1.139.873
Variação de Bens e Valores em Circulação	1.972.854	(216.734)
Variação do Intangível	15.094	501
Variação do Ativo Não Circulante	(2.868.288)	(15.891.175)
Variação do Passivo Circulante	2.499.335	487.473
Variação do Passivo Não Circulante	(996.199)	(2.028.291)
Variação do Patrimônio Líquido	(2.093.637)	(13.291.859)
Antecip. de Lucros e Lucros a Distribuir	0	1.161.429
Ações em tesouraria	170.518	0
Caixa Líquido Provisão das Ativ. Operacionais	**1.618.758**	**(26.823.405)**
Fluxo de Caixa das Ativ. de Investimentos		
Variações de Bens Permanentes	(2.004.508)	(26.064.964)
Caixa Líquido Prov. das Ativ. Investimentos	**(2.004.508)**	**(26.064.964)**
Aumento Líquido de Caixa e Equiv. de Caixa	**2.617.221**	**2.100.863**
Variação do Disponível		
Caixa e Equival. de Caixa no Início do Período	4.772.430	7.389.651
Caixa e Equival. de Caixa no Final do Período	7.389.651	9.490.514
Caixa e Equiv. de Caixa no Final do Período	**2.617.221**	**2.100.863**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2019 - (Em R$)

1 - Contexto Operacional: A Unissul Supermercados S/A, com sede a Rua Gaspar Lopes, 81, centro na cidade Alfenas- MG é uma sociedade Anônima, no ramo de comércio de mercadorias no atacado e no varejo. Possui filiais nas seguintes localidades: - Alfenas-MG a Avenida Henrique Munhoz Garcia, 619, bairro Jardim Boa Esperança III; - Paraisópolis-MG a Rua Duque de Caxias 520, Centro e Rua Duque de Caxias, 520, loja 1; Pouso Alegre-MG a Avenida das Quaresmeiras, 500, Distrito Industrial; Passos-MG Rua Formiga, 300, Muarama; Campos Gerais-MG Av. Dr. Alfredo Barbalho Cavalcanti, 325 e Boa Esperança-MG Av. João Júlio de Faria, 639, Nova Era. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Administração da Unissul S/A e foram elaboradas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.637/07 e nº 11.941/09. Consideram ainda, no que for julgado pertinentes e relevantes, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3 - Principais práticas contábeis: a) Regime de Escrituração:** A sociedade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **b) Estimativas Contábeis:** as demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões técnicas, estimativas de valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes e diferidos entre outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. **c) Investimentos:** Os valores representados na conta de Investimentos se referem à participação da Unissul Supermercados S/A na empresa Fortminas Atacado e Distribuidora Ltda., no equivalente a 10,92% de seu Capital Social e na empresa Fortlog Transportes e Locações Ltda no equivalente a 9,09% de seu Capital Social. **d) Ativo Imobilizado:** Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas julgadas adequadas à vida de utilidade dos bens. Em 30/09/2019 a empresa passou por um processo de Cisão Parcial, onde os valores contabilizados como Ajustes de Avaliação Patrimonial foram estornados e os ativos terrenos e edificações foram objetos da Cisão e destinados ao capital social da empresa Fortsul Empreendimentos Imobiliários Ltda. **e) Ativo Intangível:** No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota especifica e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 - Resolução 1303/10. **f) Ativos Contingentes:** Os Ativos Contingentes são reconhecidos diante a garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. **g) Obrigações por empréstimos:** As obrigações por empréstimos, inicialmente são reconhecidas no recebimento de recursos, líquidos dos custos das transações. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis. **h) Provisões:** São reconhecidas quando a Unissul Supermercados S/A tem uma obrigação legal presente ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. **i) Imposto de Renda e contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações de lucro tendo em vista as receitas e os dispêndios registrados durante o período. São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando em conta os valores apurados no LALUR. **J) Segregação em circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante). **k) Reconhecimento dos custos das mercadorias vendidas:** Os custos são reconhecidos pelo método de classificação de custos médios apurados através de inventário mensal e via sistema informatizado assegurando a razoável estimativa dos valores lançados nestas rubricas. **l) Normas Internacionais de Contabilidade:** A Unissul Supermercados S/A vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **m) Moeda Funcional e de Apresentação:** A moeda funcional da sociedade de apresentação das demonstrações contábeis é o Real. As informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma. **4 - Disponível e aplicações:** Compõe o grupo Disponível a conta de Caixa e Depósitos Bancários. As aplicações referem-se a aplicações em títulos de renda fixa mantidos até o vencimento, registrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais estão registrados no resultado do exercício. **5 - Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. Deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear. Conforme previsto no pronunciamento CPC-27, a sociedade procedeu à revisão do prazo de vida útil-econômica e o valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) definido na norma CPC 01, que é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros e foi verificado que não haveria efeitos significativos em suas demonstrações financeiras das taxas de depreciação utilizadas nos exercícios. **6 - Intangível:** Os valores constantes nesse grupo não sofreram alterações por imparidade ou custo atribuído, considerando que o valor atual é o valor justo. **7 - Empréstimos e Financiamentos:** A Unissul possui empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras para capital de giro, manutenção da margem de liquidez e construções e melhoria de seus estabelecimentos. **8 - Instrumentos Financeiros:** Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos Balanços Patrimoniais, quando comparados com seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor de mercado. **9 - Cobertura de Seguros:** A Unissul possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para parte dos bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas. **10 - Patrimônio Líquido:** Representados substancialmente por quotas, as ações de seu próprio quadro societário que constavam em tesouraria no seu Patrimônio Líquido sem valor nominal foram adquiridas pelos acionistas, não restando nenhuma ação em tesouraria. **11 - Eventos Subsequentes:** Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31.12.2019, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Pouso Alegre, 31 de Dezembro de 2019.
(a) CARLOS MAGNO SOUZA FONSECA - **Diretor Presidente.**
(a) ALYSSON DA SILVA DE PAIVA
CRCMG 106540-O - Contador

MAQUINÉ EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ: 17.321.647/0003-80
NIRE 313.000.1618-8
Sociedade por Ações de Capital Fechado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, estamos apresentando-lhes as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas relativas aos exercícios findos em 31.12.2019 e 2018 e encontram-se em a disposição, em sua íntegra, na sede da empresa.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

Ativo	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7.656.969	4.934.213
Contas a receber	3.398.239	3.515.663
Estoques	543.336	475.620
Impostos a recuperar	29.291	33.551
Adiantamento a terceiros	10.852	7.322
Total do ativo circulante	**11.638.686**	**8.966.369**
Não Circulante		
Depósitos judiciais e recursais	39.657	99.164
Vendas de ativo	-	650.000
Créditos diferidos	723.039	723.039
Creditos a receber	466.737	466.737
	1.229.433	**1.938.940**
Investimentos	34.399	33.947
Imobilizado	13.952.370	14.014.665
Intangível	20.366	28.358
Total do ativo não circulante	**15.236.568**	**16.015.911**
Total do ativo	**26.875.254**	**24.982.279**

Passivo	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante		
Fornecedores	1.104.894	935.952
Empréstimos e financiamentos	4.138.631	3.401.887
Impostos, taxas e contribuições a pagar	476.649	452.983
Salários, provisões e encargos sociais	2.160.906	2.276.971
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	280.897
Outras obrigações	793.112	1.082.284
Total do passivo circulante	**8.674.192**	**8.430.973**
Não circulante		
Empréstimos e Financiamentos	7.708.673	5.753.590
Obrigações a Pagar	940.202	940.202
Total do passivo não circulante	**8.648.874**	**6.693.792**
Patrimônio líquido		
Capital social	10.000.000	10.000.000
Prejuizo acumulado	(447.812)	(142.485)
Patrimônio líquido	**9.552.188**	**9.857.515**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**26.875.254**	**24.982.279**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	**(-) Ações em Tesouraria**	**Reservas Legal**	**Reserva de lucros**	**Prej. acumulados**	**Total**
Saldos em 01/01/2018	**10.000.000**	**-**	**1.567.754**	**4.925.677**		16.493.431
Distribuição de lucros				(310.403)		(310.403)
Lucro (prejuizo) do exercício.				**(1.567.754)**	(4.757.759)	(6.325.513)
Prejuizo Acumulado				142.485	(142.485)	-
Saldos em 31/12/2018	**10.000.000**	**-**	**-**	**-**	**(142.485)**	**9.857.515**
Lucro (prejuizo) do exercício.		-			(305.327)	(305.327)
Saldos em 31/2019	**10.000.000**	**-**	**-**		**(447.812)**	**9.552.188**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	31/12/2019	**31/12/2018**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do IR/CS	(259.301)	(6.325.513)
Ajustes para conciliar o resultado do caixa nas atividades operacionais		
Baixa de intangivel	-	80.914
Depreciação e amortização	490.172	952.888
Reversão da provisão para contingências	59.507	(32.079)
	290.378	(5.323.790)
(Aum.) red. de ativos/aum.(red.) de passivos	491.340	5.713.084
Contas a receber	117.424	1.311.914
Estoques	(67.716)	(66.530)
Impostos a recuperar	4.260	25.828
Créditos a receber não circulante	650.000	2.894.291
Outros ativos	-	20.627
Fornecedores	168.942	(63.955)
Salários e encargos sociais	(116.064)	313.272
Obrigações tributárias	23.665	(225.808)
Outros passivos	(289.172)	1.503.445
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	781.718	389.295
Fluxos de caixa das ativid. de investimentos		
Adições ao imobilizado	(419.884)	-
Caixa aplicado nas ativid. de investimentos	361.834	389.295
Fluxos de caixa das ativid. de financiamentos		
Pagamento de juros e principal	(2.601.039)	(2.366.020)
Captação de empréstimo	5.242.857	3.600.000
Distrib. de dividendos e juros s/ cap. próprio	(280.897)	(790.143)
Caixa. líq. gerado nas ativ. de financiamento.	2.360.922	443.837
Fluxo de caixa do exercício	**2.722.756**	**833.132**
Saldo de caixa no início do exercício	4.934.213	4.101.081
Saldo de caixa no final do exercício	7.656.969	4.934.213
Variação líquida no caixa	**2.722.756**	**833.132**

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	31/12/2019	**31/12/2018**
Receita Bruta de serviços e produtos	**43.727.513**	**40.754.715**
(-) Imp. Incidentes sobre vendas e produtos	**(4.664.718)**	**(5.489.182)**
Rec. líquida de vendas de serv. e produtos	39.062.795	35.265.532
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(28.114.886)	(29.682.324)
Lucro bruto	**10.947.908**	**5.583.208**
Receita (despesas) operacionais:		
Despesas gerais e administrativas	(9.910.082)	(10.223.388)
Outras (desp.) receitas operac., líquidas	273.383	(366.750)
	(9.636.699)	**(10.590.139)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras líquidas	**1.311.209**	**(5.006.930)**
Receitas financeiras	385.002	335.408
Despesas financeiras	(1.955.512)	(1.653.991)
	(259.301)	**(6.325.513)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(259.301)**	**(6.325.513)**
Imposto de renda	(29.420)	-
Contribuição social	(16.606)	-
Resultado líquido do exercício	**(305.327)**	**(6.325.513)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis e encontram-se a disposição dos acionistas em sua integra na sede da empresa.

DIRETORIA:
Alexandre Campos Drumond
Diretor Administrativo e Financeiro
Simone Campos Drumond
Diretora de Relações Institucionais
RESPONSÁVEL TÉCNICO:
Marcelo Henrique da Silva Acácio - Contador - CRCMG

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código B7D4-F876-9DB9-A320.

MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PUBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 017/20, PREGÃO PRESENCIAL – Nº 012/20, TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E EDUCATIVO ,para Atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social , deste Município e de Acordo com CONVÊNIO/SEESP 1671001478/2019 . A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 20/03/20 ÀS 08:00HS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitar8666@hotmail.com ou, FONE: (33) 3514 - 1629.MALAC. 09/03/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA/MG

Pregão Presencial 012/2020

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Guiricema - MG comunica aos interessados que a **IMPUGNAÇÃO** do processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL 012/2020, adotando o critério de MENOR PREÇO POR ITEM tendo como objeto o registro de preços visando à aquisição futura e eventual de pneus novos não recauchutados, reconstruídos ou reformados para os veículos, máquinas e motocicletas da frota municipal e conveniados, para os próximos 12 (doze) meses, encaminhado pela empresa LUCAS LORENZO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, foi julgado procedente. Dessa forma, o pregoeiro decidiu **SUSPENDER** a sessão para alterações no edital. O inteiro teor encontra-se disponível no setor de Compras e Licitação e no site oficial desta Prefeitura.

Guiricema (MG), 09 de Março de 2020.
Werik Jose Martins, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO: 0030/2020 - Pregão Presencial: 0014/2020. O município de Janaúba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará no dia, Terça-feira , 24 de Março de 2020, em sua sede situada na Praça Dr Rockert, n° 92, Centro, Janaúba/MG, Licitação de nº 0030/2020 na modalidade Pregão Presencial nº 0014/2020, do tipo Menor Preço para Aquisição de Combustível, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitações, no referido endereço, no horário de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis assim como no site www.janauba.mg.gov.br/licitacao.

Marco Antonio de Carvalho Lopes
Presidente CPL - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA – AVISO - PROCESSO: 00030/2020 - Pregão Presencial: 00014/2020. O município de Janaúba/MG, torna público que restou deserta a sessão de julgamento das propostas e documentação do Processo Licitatório 00030/2020 PP 00014/2020 que ocorreu no dia **09/03/2020** às 09:00:00, tendo por objeto, "Aquisição de Combustível", conforme especificações do edital e anexos, informações no horário de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis e no site www.janauba.mg.gov.br.

Janaúba/MG. Marco Antônio de Carvalho - Pregoeiro Oficial.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE CULTURA NIPO-BRASILEIRA
CNPJ nº 18.216.697/0001-06
Decretado de Utilidade Pública
Estadual e Federal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE CULTURA NIPO-BRASILEIRA convoca seus associados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a se realizar na sede social à rua Dom Lourenço de Almeida 535 – bairro Nova Cachoeirinha, no dia **22 de março de 2020 (domingo),** às 08:00 horas, em 1º convocação e 8:30 horas na 2º convocação com qualquer número.

a) Exposição das atividades da Associação em 2019;
b) Apresentação e aprovação das Receitas e Despesas da Associação em 2019;
c) Demonstração das atividades, receitas e despesas da Escola Modelo em 2019;
d) Breve relato das atividades por diretoria;
e) Apresentação dos candidatos;
f) Eleição do Presidente da Diretoria e membros do Conselho Deliberativo;
g) Apuração dos votos.

Belo Horizonte (MG)
10 de março de 2020.
Diretoria

MUNICÍPIO DE CURVELO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 001A/2020

Objeto: Registro de preços para fornecimento de medicamentos provenientes de O. J., (demandas atuais e futuras), com observância da Res. CMED nº 004 de 18/12/06, no que tange a aplicação do CAP – Exclusivo para MEs, EPPs ou Equiparadas. Abertura da sessão dia 24/3/20 às 14h, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Propostas até 8h do mesmo dia.

Curvelo, 9/3/20 – Valquíria M. D. - Pregoeira

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 002/2020

Objeto: Registro de preços para fornecimento de medicamentos, provenientes de Ordens Judiciais - Exclusivo para MEs, EPPs ou equiparada**.** No Jornal Hoje em Dia, pág. 6, datado de 7 e 8/3/20, **onde se lê:** "PREGÃO ELETRÔNICO 002/2020". **leia-se:** "PREGÃO ELETRÔNICO 002A/2020".

Curvelo, 9/3/20. – Valquíria M. D. - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG

Extrato do Edital 020/2020. Processo 033/2020- PP 020/2020 - Objeto: Registro de Preços objetivando a futuras e eventuais aquisições parceladas de equipamentos e materiais para a prática de esportes (bola, caixa amplificada, cama elástica e corda). Credenciamento: 23/03/2020 - 08:00h – Edital disponível no site: www.prefeituradebocaiuva.com.br. Ana Angélica Perpetuo – Pregoeira.

Extrato do Edital 021/2020. Processo 034/2020- PP 021/2020 - Objeto: Registro de Preços objetivando a futuras e eventuais aquisições parceladas de uniformes, mochilas, bolsas, bonés, chapéus e bandeiras de identificação. Credenciamento: 24/03/2020 - 08:00h – Edital disponível no site: www.prefeituradebocaiuva.com.br. Ana Angélica Perpetuo – Pregoeira.

Extrato do Edital 022/2020. Processo 035/2020- PP 022/2020 - Objeto: Registro de Preços objetivando a futuras e eventuais aquisições parceladas de mobiliário escolar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme Termo de Compromisso nº 202000557-6 do convênio firmado entre o FNDE e o Município de Bocaiuva. Credenciamento: 26/03/2020 - 08:00h – Edital disponível no site: www.prefeituradebocaiuva.com.br. Ana Angélica Perpetuo – Pregoeira.

Extrato do Edital 023/2020. Processo 036/2020- PP 023/2020 - Objeto: Registro de Preços objetivando a futuras e eventuais aquisições parceladas de veículos novos (ambulâncias de pequeno porte e minivans de 7 lugares). Credenciamento: 27/03/2020 - 08:00h – Edital disponível no site: www.prefeituradebocaiuva.com.br. Ana Angélica Perpetuo – Pregoeira.

Extrato do Edital 024/2020. Processo 037/2020- PP 024/2020 - Objeto: Registro de Preços objetivando a futuras e eventuais aquisições parceladas de lubrificantes, graxas, aditivos, adesivos, material de borracharia e derivados do petróleo. Credenciamento: 30/03/2020 - 08:00h – Edital disponível no site: www.prefeituradebocaiuva.com.br. Ana Angélica Perpetuo – Pregoeira.

A Vale do Anjo Transportes Comércio e Extração de Areia, CNPJ nº 12.163.162/0001-20, por determinação da Superintendência Regional de Meio Ambiente - SUPRAM JEQUITINHONHA, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo nº 01556/2011/002/2016, licença LAC 2 (LOC) para atividade A-03-01-8 Extração de areia e cascalho para uso imediato na construção civil, na Fazenda Vagem da Angélica no município de Rio Vermelho – MG, CEP: 39170-000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Comunica a Revogação do Processo Licitatório nº 009/2020 – Tomada de Preço nº 001/2020, com o objetivo de sanar as incorreções apresentadas, para promovê-la de uma forma que atenda melhor inclusive os interesses das possíveis empresas interessadas. Informações: licitacao@buenopolis.mg.gov.br- CPL.

Célio Santana - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Processo n.º 017/2020 – Concorrência 002/2020– Objeto: Execução de obra de Pavimentação Asfáltica Sobre as Pedras Poliédricas na Rua Isaú Romero, Bairro Santa Luzia, neste Município – Contrato de Repasse nº 878610/2018. Data:13/04/2020 as 13:00 horas. O Edital se encontra disponível no site http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/.Informações:email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br- CPL – Célio Santana/Prefeito Municipal.

A empresa ALDEIA GRANITOS LTDA, por determinação da Superintendência Regional de Meio Ambiente SUPRAM - LM, torna público que solicitou, por meio de processo administrativo 02458/2010, solicitação no SLA de nº 2020.02.01.003.0002985 Licença Ambiental Concomitante-LAC 2 (Licença de Operação-LO), para as atividades de Lavra a céu aberto – Rochas Ornamentais e de Revestimento, pilha de rejeito/estéril de rocha ornamentais e de revestimento e *Estrada para Transporte de minério/estéril externa aos limites do empreendimento minerário*, localizado no Córrego Areia Branca e Mata Fria, Distrito de Imbiruçu, Zona Rural, no Município de Mutum/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA

Aviso de Retificação de Edital de licitação, proveniente de Acolhimento de Impugnação: Proc.: 014/2020. Pregão Presencial: 003/2020. Registro de Preços 002/2020. Obj: Registro de Preços para a futura e eventual contratação de Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte, e equiparadas nos termos da Lei, para o fornecimento de diversos materiais de limpeza e utensílios de cozinha para os diversos Departamentos do Município de Ressaquinha. Fica retificado o edital supramencionado. Fica alterada a data para a realização da sessão pública 24/03/2020 às 09:00 horas. O edital retificado poderá ser solicitado das 12h as 17 h pelo email: compras@ressaquinha.mg.gov.br , tel. (32) 3341-1259.

Aviso de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação.
Processo 010/2020 Inexigibilidade 002/2020.

Objeto: Contratação de escritório especializado para a propositura de ação visando o revisão ou incremento dos repasses de royalties em face da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis e União Federal, objetivando recuperação da diferença mensal em atraso dos royalties, com revisão dos atuais critérios de repasse pelos equipamentos de embarque e desembarque dos campos produtores sobre a lavra marítima e terrestre de origem nacional, nos termos do artigo 20 §1º da Constituição Federal e das Leis nº 7.990/1989, 7.525/1986 e 9.478/1997, englobando juros e correção monetária sobre valores. Ratificada para ser contratada a empresa: Cordeiro Laranjeiras & Maia Advogados, inscrita no CNPJ 07.710.758/0001-62. Info. das 12 às 17h pelo email: compras@ressaquinha.mg.gov.br, e pelo telefone (32) 3341-1259.

CIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MG – CASEMG EM LIQUIDAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – LEILÕES OFICIAIS 018 e 020 de 2020 OBJETO: Alienação de imóveis OPERACIONAIS DESATIVOS de propriedade da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG EM LIQUIDAÇÃO, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, Lei Federal nº 9.491/97, do Decreto Federal nº 9.589/2018 e da Resolução da Presidência da República – Secretaria da Casa Civil, nº 050/2018 de 16 de outubro de 2018. Leilão 018: referente ao imóvel localizado no Município de Tupaciguara - MG, com a Sessão de Licitação: 02/04/2020 das 15h00min às 15h45min, para Credenciamento e Início da disputa: 02/04/2020 às 16h00min. Leilão 020: referente ao imóvel localizado no município de Monte Carmelo, com a Sessão de Licitação: 02/04/2020 das 13h00min às 13h45min, para Credenciamento e Início da disputa: 02/04/2020 às 14h00min. Local: Conforme item 7.3 dos respectivos editais. Editais disponíveis no site da CASEMG www.casemg.gov.br. Qualquer informação ou orientação adicional poderá ser obtida através do e-mail cpl@casemg.gov.br. 09/03/2020 Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI LAGONEGRO/MG

O Município de Frei Lagonegro torna público que fará realizar licitação conforme segue: Município de Frei Lagonegro/MG - Aviso de Licitação - Tomada de Preço nº 001/2020 - Proc. nº 016/2020. Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução do PROJETO DE EXTENSÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO E BAIXA TENSÃO ISOLADA TRIFÁSICA, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADORES DE 45 KVA E LUMINÁRIAS LED 65W BRAÇO MÉDIO, LOCALIZAÇÃO: RUA APOLO XI, MUNICÍPIO DE FREI LAGONEGRO/MG, conforme Projeto Elétrico de Distribuição de Energia e de Iluminação Pública constante do Anexo "I" deste Edital. Data Abertura: 26/03/2020 às 09:00 hs. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL Informações: prédio da Prefeitura de 13:00 às 16:00 hs tel: (33) 3433-9001. E-mail: licitacafrei@gmail.com - Viviane Silva Ferreira Pena - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI LAGONEGRO/MG

O Município de Frei Lagonegro torna público que fará realizar licitação conforme segue: Município de Frei Lagonegro/MG - Aviso de Licitação - Tomada de Preço nº 002/2020 Proc. nº 017/2020. Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia para execução de Obra/serviços para a construção da Praça Antônio Dias Localizada na comunidade Córrego São Joaquim do Município de Frei Lagonegro/MG, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. Data Abertura: 27/03/2020 às 09:00 hs. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL Informações: prédio da Prefeitura de 13:00 às 16:00 hs tel: (33) 3433-9001. E-mail: licitacafrei@gmail.com - Viviane Silva Ferreira Pena - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Aviso de Publicação Errata - O Superintendente de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Paracatu, Estado de Minas Gerais, no uso de sua atribuição legal, torna público que foram feitas alterações no edital do Pregão Presencial SRP Saúde nº 04/2020, disponível para consulta no endereço www.paracatu.mg.gov.br, permanecendo inalterada a data da referida licitação. Paracatu, 06 de março de 2020. LÚCIO PRADO FERREIRA GOMES Superintendente de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Aviso de Publicação Errata - O Superintendente de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Paracatu, Estado de Minas Gerais, no uso de sua atribuição legal, torna público que foram feitas alterações no edital do Pregão Presencial nº 04/2020, disponível para consulta no endereço www.paracatu.mg.gov.br, permanecendo inalterada a data da referida licitação. Paracatu, 09 de março de 2020. LÚCIO PRADO FERREIRA GOMES Superintendente de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Aviso de Adiamento. Pregão Presencial SRP Saúde Nº 02/2020 – Processo de Compra nº 355/2019 - **O Superintendente de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Paracatu, torna público que por motivo de ORDEM ADMINISTRATIVA a abertura do Pregão Presencial SRP Saúde Nº 02/2020, anteriormente marcada para o dia 11 de março de 2020, às nove horas, fica** ADIADA **para o dia** 23/03/2020**, às 09:00 h. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (38) 3679-0905 ramal 241** e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br. **Paracatu (MG), 09 de março de 2020.** Lúcio Prado Ferreira Gomes**. Superintendente de Licitações e Contratos.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO NAVARRO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório 10/20 - Pregão Presencial 05/20. Objeto: Registro de preços para aquisição de material para drenagem urbana e rural, piso Inter travado e bancos de praça objetivando atender as necessidades deste município. Sessão dia 23/03/20 ás 09:00h. Edital disponível no site www.engenheironavarro.mg.gov.br.

Bianca S. Rodrigues. Pregoeira.

A empresa ICE MINERAÇÃO LTDA, por determinação da Superintendência Regional de Meio Ambiente SUPRAM - LM, torna público que solicitou, por meio de processo administrativo 18310/2008, solicitação no SLA de nº 2019.11.01.003.0003625 Licença Ambiental Concomitante-LAC 2 (Licença de Operação-LO), para as atividades de Lavra a céu aberto – Rochas Ornamentais e de Revestimento, pilha de rejeito/estéril de rocha ornamentais e de revestimento e Estrada para Transporte de minério/estéril externa aos limites do empreendimento minerário, localizado no Córrego Areia Branca e Mata Fria, Distrito de Imbiruçu, Zona Rural, no Município de Mutum/MG.

COMPANHIA SÃO JOANENSE DE PARTICIPAÇÕES
CNPJ 27.272.327/0001-79
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 30 de Abril de 2020 às 8:00 horas na sede social à Rua Frei Cândido, 289 - São João Del Rei - MG, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2019 B) Destinação do resultado do exercício; C) Eleição dos administradores; D) Assuntos de interesse geral. São João Del Rei, 05 de Março de 2020. Ass. Pedro Paulo Fernandes Couto – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG - Aviso de Tomada de Preços nº 009/2020. O Município de Buritis – MG, através da Comissão Permanente de Licitação, sediada à Avenida Bandeirantes, Nº 723 Centro em Buritis – MG, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar ás 09h, do dia 19 de março de 2020, em sua sede, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global para Contratação de Empresa Especializada em Construção de Vestiários no Estádio Municipal. Buritis, 02 de março de 2020. Vânia Ferreira da Costa. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG - Aviso de Tomada de Preços nº 010/2020. O Município de Buritis – MG, através da Comissão Permanente de Licitação, sediada à Avenida Bandeirantes, Nº 723 Centro em Buritis – MG, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar ás 14h, do dia 19 de março de 2020, em sua sede, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global para Contratação de Empresa Especializada em Reforma de Quadra Poliesportiva, localizada na Avenida Rui Barbosa, Bairro Canaã. Buritis, 02 de março de 2020. Vânia Ferreira da Costa. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS/MG

A Prefeitura Municipal de Capitão Enéas, torna público, Proc. Licitatório nº 013/2020 - Dispensa nº 002/2020 - CHAMADA PÚBLICA 001/2020 - Objeto - Aquisição de hortifrúti da AGRICULTURA FAMILIAR para atender à merenda escolar destinada aos alunos da rede municipal de ensino de Capitão Enéas/MG, conforme especificações constantes do edital - documentação para habilitação no período de **10/03/2020 a 31/03/2020, das 09:00 às 12:00 horas**, junto ao Setor de Licitações desta Prefeitura. A análise da documentação será em sessão pública às **09:00 horas do dia 01/04/2020**, 08:00 Horas - Prefeito: Petrônio Mineiro de Souza, Tel. (38) 3235-1001 ou 3235-1866, pelo e-mail: licitacaocapitaoeneas@gmail.com ou https://capitaoeneas.mg.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS/MG

A Prefeitura Municipal de Capitão Enéas, torna público, Proc. Licitatório nº 014/2020 - Pregão Presencial nº 006/2020 - Registro de Preços 005/2020 - Objeto - Futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para a Prefeitura Municipal de Capitão Enéas/MG, EXCLUSIVA PARA ME, EPP ou a elas equiparadas, conforme especificações constantes do edital - Credenciamento dia 23/03/2020, 09:00 Horas - Pregoeiro: Fernando Alves Alquimim, Tel. (38) 3235-1001 ou 3235-1866, pelo e-mail: licitacaocapitaoeneas@gmail.com ou https://capitaoeneas.mg.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS/MG

A Prefeitura Municipal de Capitão Enéas, torna público, Proc. Licitatório nº 015/2020 - Pregão Presencial nº 007/2020 - Registro de Preços 006/2020 - Objeto - Contratação de empresa especializada para aquisição de carnes bovina e suína, peixes e embutidos para suprir as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Capitão Enéas/MG, conforme especificações constantes do edital - Credenciamento dia 24/03/2020, 09:00 Horas - Pregoeiro: Fernando Alves Alquimim, Tel. (38) 3235-1001 ou 3235-1866, pelo e-mail: licitacaocapitaoeneas@gmail.com ou https://capitaoeneas.mg.gov.br/

Unimed Inconfidentes

UNIMED INCONFIDENTES COOPERATIVA
DE TRABALHO MÉDICO LTDA
CNPJ 22.720.791/0001-67
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., Dr. Dimas Antônio Ferreira Dutra, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do artigo 38 do Estatuto Social e artigo 44 da Lei 5764/71, convoca os Cooperados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 24 de março de 2020, na sede da Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., situada na Praça Barão de Saramenha, 01, Saramenha, Ouro Preto, às 18h em primeira convocação com 2/3 dos cooperados, às 19h em segunda convocação com a presença da metade mais um dos cooperados e às 20h em terceira convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre o seguinte:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
ORDEM DO DIA

1. Prestação de contas do exercício de 2019, compreendendo:
a) Relatório da gestão pela Diretoria Executiva;
b) Balanço;
c) Demonstrativos das sobras apuradas;
d) Parecer do Conselho Fiscal e da auditoria independente.
2. Destinação das sobras após a dedução dos fundos obrigatórios;
3. Eleição para composição do Conselho do Conselho Fiscal (mandato de 01/04/2020 a 31/03/2021).
4. Recomposição do Conselho de Administração para o cargo de Diretor Vogal, na forma do art. 60 do Estatuto Social.
5. Fixação dos valores dos honorários e cédula de presença para membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e demais Conselhos.
6. Outros assuntos de interesse da cooperativa, sem caráter deliberativo, incluindo: a explanação sobre os Programas de Qualidade implementados pela cooperativa e sobre a Lei 13.709/18 (LGPD).

NOTA: Para efeitos legais e estatutários, número de cooperados com direito a voto: **219**.

Ouro Preto, 9 de março de 2020.

Dr. Dimas Antônio Ferreira Dutra
Diretor Presidente

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código B489-408E-9B7F-C269.